

# Justiça Fiscal

Ano 9/Número 31/setembro/dezembro 2017

## 17.º Encontro Nacional tratou da Procuradoria da Fazenda Nacional como Instituição Republicana

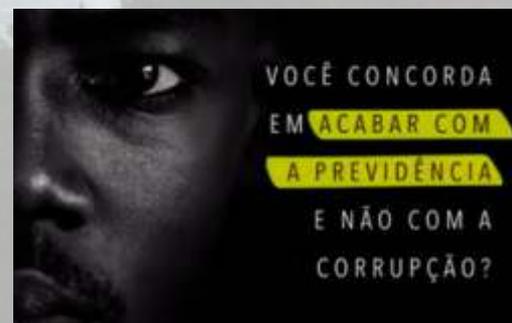


*SINPROFAZ defende na  
Justiça a manutenção  
do reajuste à Carreira*



### ENTREVISTAS

*Senador Paulo  
Paim (PT-RS) e  
José Frejat,  
PFN aposentado*



VOCÊ CONCORDA  
EM ACABAR COM  
A PREVIDÊNCIA  
E NÃO COM A  
CORRUPÇÃO?

A photograph of two industrial workers, a man and a woman, both wearing blue hard hats. They are looking down at a tablet computer held by the man. The background is a blurred industrial setting.

O **Conselho Nacional do SESI**, por meio do seu papel normatizador, deliberativo e de controle, contribui nas decisões estratégicas institucionais do Serviço Social da Indústria (SESI), promovendo a qualidade de vida do trabalhador da indústria e da comunidade, atuando como indutor de políticas sociais.

**CONSELHO  
NACIONAL  
SESI**

**70**  
anos

[www.conselhonacionaldosesi.org.br](http://www.conselhonacionaldosesi.org.br)

3 | Editorial

4 | 3.º Concurso de Monografias está com inscrições abertas até o fim de fevereiro

5 | MP n.º 805/17 é alvo de ações judiciais propostas pelo SINPROFAZ

7 | Confira como foi o 17.º Encontro Nacional dos PFNs

17 | **Entrevista I** – Senador Paulo Paim (PT-RS) aponta caminhos alternativos à reforma da Previdência

24 | CPI conclui que Previdência Social não é deficitária

29 | **Opinião** – Pedido de acesso a informações públicas não exige motivação – Por Manoel Felipe Rêgo Brandão

32 | **Entrevista II** – José Frejat, 93 anos, PFN aposentado: “Sem participação do povo na política, o avanço democrático é difícil”

36 | **Artigo** – Girando o *anel de Giges*: A (in)visibilidade dos tributos no Brasil – Por Denise Lucena Cavalcante

39 | **Política** – As três visões em disputa na eleição de 2018 – Por Antônio Augusto Queiroz

## **Diretoria do SINPROFAZ - Biênio 2017/2019**

**Presidente**

Achilles Linhares de Campos Frias

**Vice-Presidente**

Juscelino de Melo Ferreira

**Diretora Secretária**

Iolanda Guindani

**Diretor Administrativo**

José Ernane de Souza Brito

**Diretora de Assuntos Intersindicais**

Caio Graco Nunes de Sá Pereira

**Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos**

Giuliano Menezes Campos

**Diretor de Assuntos Parlamentares**

Rodrigo Oliveira Mellet

**Diretor Jurídico**

Roberto Rodrigues de Oliveira

**Diretor de Comunicação Social**

André Emmanuel Batista Barreto Campello

**Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados e Assuntos Assistenciais**

Antônio Duarte Guedes Neto

**Diretor Cultural e de Eventos**

Sérgio Luís de Souza Carneiro

**Diretora Suplente**

Juçara Valadares Lopes Faria

**Diretora Suplente**

Valéria Gomes Ferreira

**Diretora Suplente**

Loan Kizzi Araújo Reina

**Diretor Suplente**

Carlos Alexandre Dias Torres

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional  
SCN – Quadra 06 – Shopping ID – Bloco A – Sala 404 – CEP 70716-900 – Brasília-DF  
Telefax: (61) 3964 1218  
E-mails: [sinprofaz@sinprofaz.org.br](mailto:sinprofaz@sinprofaz.org.br) [infosind@solar.com.br](mailto:infosind@solar.com.br)

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Ano 9, n.º 31, setembro/dezembro/2017

ISSN 2317-3750

Diretor de Redação: Achilles Linhares de Campos Frias

Editora e Jornalista Responsável: Lécia Viana (RP 2715/DF)

Reportagem: Paulo Passos (RP 2059/DF)

Projeto Gráfico e diagramação: Fernanda Medeiros da Costa Tel.: (61) 98280-7272

Fotos: Paulo Negreiros – Arquivo SINPROFAZ – Arquivo Câmara dos Deputados

Impressão: Gráfica Teixeira - Tel.: (61) 3336-4040

Tiragem: 4 mil exemplares



Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não constituem necessariamente a linha editorial da Revista.

# Vão-se umas lutas, outras logo vêm

**P**ara quem trava um duro embate contra as medidas de um governo que trata com descaso os serviços e os servidores públicos, não há trégua. Algumas vezes o caminho para se contrapor a tantos ataques é a Justiça; outras vezes é a mobilização. Este segundo semestre foi marcado, em especial, pela decisão do presidente Temer de adiar o reajuste dos Procuradores da Fazenda Nacional, e pelos debates em torno da reforma da Previdência. Como sempre faz quando estão em jogo os direitos da Carreira, o SINPROFAZ se posicionou de maneira firme nessas duas questões. Além de ingressar com ações arguindo a inconstitucionalidade da MP n.º 805/2017, passamos a integrar o Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o qual promove campanha na mídia contra a reforma da Previdência pretendida pelo governo. Esses assuntos estão nesta edição da Revista Justiça Fiscal.

A propósito, um dos entrevistados desta edição é o senador Paulo Paim, reconhecido nacionalmente pela atuação em defesa dos trabalhadores ativos e aposentados e, claro, por sua posição contrária à reforma Previdenciária. Temos a satisfação de contar com outro entrevistado: o Advogado e PFN aposentado José Frejat. Do Rio de Janeiro, onde reside e ainda exerce a Advocacia aos 93 anos, ele contou um pouco de sua história de vida.

Como acontece todos os anos, tivemos em novembro o Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, 17.º edição. Foi um evento de discussões produtivas e de conagração da Carreira, como mostra matéria nas páginas 7-15. Cabe aqui um agradecimento especial ao Sindicom, Conselho Nacional do Sesi, à Itaipu Binacional e ao Sebrae Nacional.

É hora de refletir sobre as perdas e os ganhos neste ano, na esperança de que 2018 seja mais favorável ao serviço público, essencial ao funcionamento do Estado, e, por consequência, à sociedade. Queremos acreditar que neste próximo ano começaremos, de fato, a conquistar o Brasil com o qual todos sonhamos: socialmente justo e sem corrupção!

**Achilles Linhares de Campos Frias**  
**Presidente do SINPROFAZ**

## Interessados em participar devem enviar os trabalhos até 28 de fevereiro de 2018

Começou em 20 de outubro e terminará no dia 28 de fevereiro de 2018 o período para o envio de trabalhos concorrentes ao 3.º Concurso de Monografias do SINPROFAZ. A competição, cujo objetivo é fomentar a pesquisa e a geração de conhecimento, tem como tema “A Cobrança da Dívida Ativa como Direito Inalienável do Poder Público no Brasil e no Direito Comparado”.

Apenas poderão concorrer trabalhos individuais elaborados por Procuradores da Fazenda Nacional filiados ao SINPROFAZ. Cada candidato poderá participar com uma



monografia que verse sobre o tema indicado. Somente serão aceitos trabalhos inéditos, que não tenham sido publicados ou divulgados por nenhum meio de comunicação.

Serão premiados o 1.º, 2.º e 3.º

colocados, respectivamente com valores de R\$ 10 mil, R\$ 6 mil e R\$ 4 mil. Assim como no 2.º Concurso, a comissão julgadora deste certame é formada por Adilson Rodrigues Pires, Denise Lucena, Maria Lúcia de Paula Oliveira e Ricardo Lodi Ribeiro, e presidida pelo diretor Cultural e de Eventos do SINPROFAZ, Sérgio Luís de Souza Carneiro.

Os trabalhos deverão ser entregues na sede do Sindicato, em Brasília-DF, ou postadas no Correio até o prazo final.

O Edital do Concurso está disponível em [www.sinprofaz.org.br](http://www.sinprofaz.org.br).

## Brasil é o país onde mais se gasta tempo calculando e pagando impostos

A conclusão é do Banco Mundial. Pesquisas apontam que as empresas brasileiras gastam 1.958 horas e R\$ 60 bilhões por ano para vencer a burocracia tributária.

A cada 200 funcionários, 1 trabalha na área contábil no Brasil. Nos Estados Unidos, a proporção é 1 para mil e, na Europa, 1 para 500. As informações são da diretoria da Stefanini, multinacional brasileira de tecnologia presente em 40 países, e dão uma dimensão da complexidade da tarefa de calcular e pagar impostos no Brasil.

Na Bolívia, que ocupa o penúltimo lugar, são 1.025 horas por ano. Na Argentina, por exemplo, o tempo médio é de 311,5 horas/ano. Já no México o número cai para 240,5 horas/ano. A média nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvi-

mento Econômico – OCDE) é de 160,7 horas anuais. Ou seja, 8% do tempo gasto no Brasil.

A estrutura de tecnologia e recursos humanos que as empresas precisam montar para lidar com a burocracia consome cerca de 1,5% do seu faturamento anual, aponta pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Isso significa um gasto de cerca de R\$ 60 bilhões em 2016 somente para calcular e pagar impostos.

O Brasil discute há anos a necessidade de fazer uma reforma tributária e simplificar o pagamento de impostos. Atualmente, há uma proposta em análise no Congresso. O foco é a unificação de alguns impostos e fim de isenções fiscais. Não há previsão, no entanto, de redução de carga tributária em termos de percentual.

Mais do que desperdício de

tempo e de gente, toda a burocracia e complexidade tributária representa um custo adicional para as empresas, que inevitavelmente é repassado aos preços dos produtos e serviços e reduz a competitividade do Brasil. A título de comparação, R\$ 60 bilhões é o valor que o governo pretende arrecadar até 2018 com o pacote de mais de 90 projetos de privatização.

A Receita Federal contesta a metodologia utilizada pelo Banco Mundial e afirma que o tempo gasto já é bem menor, ao redor de 600 horas anuais para uma empresa de médio porte, segundo estudo encomendado à Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

(Fonte: *g1.globo*, em 20.11.17)

## Justiça analisa ações propostas pelo SINPROFAZ contra a MP n.º 805/17

**N**a constante atuação em defesa dos direitos e das prerrogativas dos Procuradores da Fazenda Nacional, o SINPROFAZ ajuizou, no dia 9 de novembro, ação objetivando a declaração de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 805/2017, editada em 30 de outubro, quanto ao ponto em que o governo federal pretende adiar o reajuste dos Procuradores da Fazenda Nacional. O processo (n.º 1015582-47.2017.4.01.3400) tramita na 22.ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF.

De acordo com a assessoria jurídica do Sindicato, a medida provisória viola o direito adquirido dos PFNs ao reajuste concedido pelo governo federal por meio da Lei n.º 13.327/2017 e acaba, por conseguinte, reduzindo os subsídios da Carreira, o que jamais será aceito pelo SINPROFAZ.

Na ação, os Advogados requerem tutela de urgência para suspender os



*Diretoria do Sindicato debateu estratégias a fim de preservar os direitos dos associados*

efeitos da MP e manter o reajuste aos Procuradores da Fazenda Nacional.

### Suspensão

No dia 18 de dezembro, ao julgar ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PSOL, o ministro do

Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski suspendeu artigos da medida provisória e remeteu a decisão para o plenário do STF, o que deve acontecer em 2018.

O ministro entende que os servidores públicos do Poder Executivo Federal serão duplamente afetados pelo mesmo ato. “Primeiro, por cercear-se um reajuste salarial já concedido mediante lei; depois, por aumentar-se a alíquota da contribuição previdenciária, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la.”

### Contribuição previdenciária

Em outra frente, o SINPROFAZ impetrou Mandado de Segurança objetivando impedir o aumento da alíquota da contribuição previdenciária para 14% sobre os valores excedentes ao teto dos benefícios do INSS, como determina a MP n.º 805/17.

Na ação, o Sindicato argumenta que o governo afronta os limites constitucionais ao poder de tributar, o faz sem a existência de nenhum estudo atuarial/econômico e de modo totalmente arbitrário, acabando também por reduzir os subsídios dos Procuradores da Fazenda Nacional.

### Deputado Tadeu Alencar apresentou emenda



*Os diretores Carlos Alexandre Torres e Rodrigo Mellet reuniram-se com o deputado Tadeu Alencar*

A pedido do SINPROFAZ, o PFN e deputado federal Tadeu Alencar (PSB-PE) apresentou emenda à Medida Provisória n.º 805/17 propondo a retirada dos PFNs do conjunto de carreiras do funcionalismo atingidas pela MP. Já existem centenas de emendas sugeridas por deputados e senadores em apoio às diversas categorias de servidores.

### Pressão sobre os parlamentares desde já

Por avaliar que o trabalho parlamentar nas bases, em conjunto com outras carreiras de Estado, será de grande importância para derrotar a MP, o SINPROFAZ orienta seus delegados e diretores em cada Estado a procurarem estabelecer cronogramas de visitas aos deputados, em conjunto com servidores de outras carreiras, a exemplo dos auditores da Receita Federal e policiais federais.

Em nota à Carreira, prevendo que a votação da MP não ocorreria em 2017, o Sindicato observou: “Em sendo retomada após o carnaval, estaremos quase em março, ou seja, a praticamente meio ano das eleições para o Legislativo, de sorte que, na condição de formadores de opinião, destacaremos aos parlamentares, desde já, a necessidade de considerar a importância, para a sociedade, de termos um serviço público forte, valorizado e justamente estruturado, eis que tais desideratos não poderão ser atingidos atacando-se e desestimulando os agentes públicos responsáveis.”

### Atuação conjunta das carreiras no Fonacate



Com a avaliação de que o ataque do governo materializado pela MP n.º 805/2017 dirige-se ao conjunto das carreiras do serviço público federal, e não aos PFNs especificamente, a diretoria do SINPROFAZ deliberou por integrar o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), admissão que foi efetivada no mês de outubro. No entendimento do Sindicato, a atuação conjunta das carreiras é imprescindível, pois será uma luta forte e que exigirá a união de todos.

Na primeira assembleia do

Fórum em que esteve presente, o presidente do Sindicato, Achilles Frias, afirmou: “Visto que é atribuição específica dos PFNs a cobrança da dívida ativa da União e o combate à sonegação, o Sindicato atacou desde o princípio a questão do Refis, que é uma vergonha. Este ano, de forma ainda mais absurda, colocaram um grande devedor para relatar a Medida Provisória. Se não nos mantivermos unidos, na resistência, continuarão fazendo, a olhos nus, negociatas as mais espúrias dentro do Congresso Nacional”, destacou.

### Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado



Na foto, o diretor parlamentar do SINPROFAZ, Rodrigo Mellet, em reunião extraordinária do Fórum na qual foi aprovada a convocação da paralisação ocorrida no dia 10 de novembro contra a MP n.º 805/17

Entidade de classe legitimada para representar as Carreiras Típicas de Estado, o Fonacate agrega associações e sindicatos que, juntos, alcançam mais de 180 mil servidores públicos, constituindo um canal de comunicação e debate entre essas carreiras e a sociedade. Entre as associadas, estão entidades representativas das carreiras de diplomatas brasileiros, defensores públicos, membros do Ministério Público, auditores fiscais da Receita Federal, servidores do Poder Legislativo Federal, Procuradores da Fazenda Nacional, entre várias outras.

## “Procuradoria da Fazenda Nacional: Instituição Republicana” foi o tema central neste ano

*A Carreira esteve reunida no 17.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional. O evento, promovido pelo SINPROFAZ de 16 a 19 de novembro de 2017, foi realizado mais uma vez no Club Med Village Trancoso, na Bahia*

A cerimônia de abertura ocorreu na noite do dia 16. Além do presidente do SINPROFAZ, Achilles Frias, compuseram a mesa da solenidade o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller; o PFN e deputado federal Tadeu Alencar (PSB-PE); o diretor de Relações Institucionais do Banco Central, ex-procurador-geral do Banco Central e membro da AGU, Isaac Sidney Ferreira; e a presidente da ANAUNI, Márcia Bezerra David.

Ao declarar o início do 17.º Encontro do SINPROFAZ, Achilles Frias falou sobre a temática central do evento, “Procuradoria da Fazenda Nacional: Instituição Republicana”, e destacou a atuação dos membros da PFN em prol da sociedade. “O tema é por demais pertinente neste momento político que atravessa o Brasil, em que os governantes agem em desconformidade com os princípios basilares do serviço público e da ética de modo geral. Nesse cenário, o funcionalismo vem sendo atacado e responsabilizado pela crise do país, o que é muito preocupante. No 17.º Encontro, portanto, propomos analisar nosso papel, como Procuradores da Fazenda Nacional, na defesa do cidadão e da República.”

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller, foi convidado a ministrar a primeira palestra do 17.º Encontro. Em sua quarta participação no evento como associado do SINPROFAZ e segunda como Procurador-Geral, Da Soller fez um balanço dos dois anos à frente da Instituição. “Ao longo desse período, conseguimos muito produzir e evoluir



**Achilles Frias, presidente do SINPROFAZ**



**Fabrício Da Soller, Procurador-Geral da Fazenda Nacional**

## 17.º Encontro Nacional dos PFNs



**Deputado Federal  
Tadeu Alencar**



**Isaac Sidney Ferreira, diretor do  
Banco Central e membro da AGU**



**Márcia Bezerra David,  
presidente da ANAUNI**

dentro das nossas atribuições. Destaco, em especial, a gestão da dívida ativa da União: tivemos avanços relevantes com o aprimoramento da lista de devedores segregada por Estados e segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o que deu visibilidade ainda maior à questão dos grandes devedores”, explicou o PGFN.

### **Vocação de servir ao Estado brasileiro**

O deputado federal Tadeu Alencar iniciou sua fala ressaltando o privilégio de interagir com os Colegas durante os Encontros anuais do SINPROFAZ. O deputado destacou a importância da proximidade com as lideranças da Instituição, a qual, segundo ele, só tem à frente um membro da Carreira graças à luta antiga do SINPROFAZ. Ao longo da exposição, Tadeu Alencar ainda salientou a ilibada conduta dos Procuradores da Fazenda Nacional e elogiou o tema escolhido para o evento. “Quem tem a vocação, como os PFNs, de servir ao Estado brasileiro, tem entranhada a missão republicana que, neste momento de maturidade institucional, serve como adequado estandarte para o 17.º Encontro do SINPROFAZ”, afirmou.

### **Nova norma para o sistema financeiro nacional**

Em sua exposição, Isaac Sidney Ferreira fez uma explanação sobre

um novo arcabouço normativo aprovado pelo Congresso Nacional que, segundo o diretor do Banco Central, representa um marco para o Sistema Financeiro Nacional. A norma anterior remontava a 1964, quando da criação do Banco Central e, defasada, não fazia frente à complexidade e às inovações por que vem passando o mercado financeiro. “Esse arcabouço consolida as infrações administrativas que não estavam previstas em lei, o que nos permite majorar penalidades e impor novas medidas acautelatórias”, explicou. Isaac Sidney falou ainda sobre a carreira à qual pertence, de procurador do Banco Central, “uma carreira também aguerrida que tem, na medida do possível, somado-se às lutas e às conquistas dos PFNs”.

### **Combate ao desgoverno que ataca os direitos sociais**

Márcia David encerrou o primeiro dia de exposições do 17.º Encontro. Durante sua fala, a presidente reforçou a parceria entre ANAUNI e SINPROFAZ, colaboração que, segundo a Advogada da União, tem se revelado fundamental neste momento em que o funcionalismo é eleito o inimigo mór das contas públicas. “Assistimos a ataques contra direitos conquistados com muito esforço pelas lideranças associativas que nos precederam. Precisamos discutir como nós, Advogados Públicos, podemos nos inserir no combate ao desgoverno que atropela os direitos sociais. Cresce então a importância da união entre as entidades que, comprometidas, conseguirão fazer frente ao que vem sendo proposto em âmbito governamental.”



## Segundo dia teve painel com membros da PGFN

No segundo dia de programação do 17.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, a Carreira assistiu a um painel com representantes da PGFN. A exposição, presidida pelo diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do SINPROFAZ, Giuliano Menezes, contou com a participação do Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional, Cláudio Seefelder; do coordenador-geral de Estratégia de Recuperação de Créditos (CGR), Daniel de Saboia; do PFN e chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Phelippe Toledo; e dos integrantes da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria e Estratégia da Representação Judicial Administrativa Tributária (PGACET), Alexandra Carneiro, Moisés Pereira, Rogério Campos, Lana Borges, Igor Montezuma e Filipe Aguiar.

### Diálogo e cobrança

O discurso do presidente da mesa deu início aos trabalhos. Em sua exposição, Giuliano Menezes ressaltou a maturidade adquirida pelo SINPROFAZ que, hoje, é capaz de dialogar com a Administração



e, com a mesma naturalidade, cobrá-la quando necessário. Esse amadurecimento do movimento sindical, de acordo com o diretor do SINPROFAZ, proporciona o momento positivo vivido pela PGFN. “Os Procuradores da Fazenda Nacional se orgulham cada vez mais da Carreira à qual pertencem. Essa independência do SINPROFAZ, sem prejuízo do diálogo com a Administração, é histórica. Temos, neste

17.º Encontro, o objetivo comum de tornar Sindicato e Instituição cada vez mais republicanos e independentes.”

### Parceria positiva com a PGFN

A fala do diretor do SINPROFAZ foi reiterada por Cláudio Seefelder, segundo o qual o Sindicato exerce papel importante na história da PGFN. “As críticas do SINPROFAZ,



*Giuliano Menezes*



*Cláudio Seefelder*



*Daniel Saboia*

## 17.º Encontro Nacional dos PFNs



*Phelippe Toledo*

sempre construtivas e qualificadas, são fundamentais, pois abrem os olhos da Administração para os próprios equívocos. Apesar desse papel precípuo da crítica, o diálogo é fundamental e as parcerias, possíveis.” Para exemplificar a colaboração do Sindicato com a PGFN, Seefelder citou o lançamento da revista dedicada ao NCPC, a distribuição do Código Comentado e a realização do Congresso de Contencioso Tributário da PGFN e o FGTS, iniciativas da Instituição que contaram com amplo apoio do SINPROFAZ.

### **Mais eficiência na cobrança de créditos**

O PFN Daniel de Sabóia deu sequência ao painel. Na oportunidade,



*Igor Montesuma*

ele detalhou o que tem sido realizado na CGR e na Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS para tornar a cobrança dos créditos tributários cada vez mais eficiente. De acordo com Saboia, as prerrogativas recentemente conquistadas têm motivado os Colegas, que percebem o resultado do seu trabalho de forma célere. “Até setembro de 2017, isto é, em nove meses, em matéria de execução fiscal, conseguimos arrecadar tudo o que arrecadamos ao longo dos anos de 2015 e 2016 somados. A atuação dos Procuradores vem ganhando reconhecimento, o que deve ser motivo de felicidade para toda a Carreira”, comemorou.



*Alexandra Carneiro*

### **Crescimento de arrecadação e vitórias no STJ E STF**

No decorrer do painel, os expositores revelaram números atualizados da Procuradoria da Fazenda, demonstrando não apenas o crescimento da arrecadação em âmbito nacional, como também as vitórias conquistadas perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Os painelistas ainda renderam homenagens ao PGFN Fabrício Da Soller e ao chefe da PGACET, Cláudio Seefelder, e congratulações à diretoria do SINPROFAZ, na pessoa do presidente Achilles Frias, pela organização do 17.º Encontro e pelo espaço concedido aos associados atuantes na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



*Lana Borges*



*Moisés Pereira*



*Filipe Aguiar*

# Representando o Sebrae, o PFN Philippe Toledo falou sobre o Simples Nacional

**E**ste ano, o Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional contou com o apoio de algumas instituições, entre elas o Sebrae Nacional. No segundo dia do evento, os participantes ouviram palestra proferida pelo PFN e chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, Philippe Toledo, na oportunidade representando o Sebrae Nacional. Confira a seguir.

“Eu pretendia começar a apresentação tratando do marco legal do regime do Simples Nacional. Porém, falar desse assunto em um evento de Procuradores é ‘ensinar o padrenosso ao vigário’, é ensinar legislação tributária aos Procuradores e eu não tenho essa pretensão. Então vou passar sucintamente pela parte dos marcos legais e o que trouxe o Simples Nacional para os dias de hoje, sua constituição, evidentemente.

“O artigo 179 da Constituição Federal dispõe sobre tratamento tributário diferenciado para micro e pequenas empresas; posteriormente veio a Lei n.º 9317, que até então tratava apenas de tributos federais. Assim, foi necessária uma Emenda Constitucional (n.º 42/2003) para permitir que fossem incluídos no regime simplificado os tributos estaduais e municipais. Logo veio a Lei Complementar n.º 123, que é a matriz legal do Simples Nacional, e posteriores ajustes: a LC n.º 139/11, se não me engano, que tratou do parcelamento, e as LCs 147/14 e a 155/16. Hoje o regime tributário do Simples Nacional inclui ICMS e ISS, que são os dois principais tributos sobre atividade econômica de competência estadual e municipal, respectivamente.

“Pois bem, eis um breve resumo das características do Simples: regime tributário diferenciado, simplificado, favorecido. A questão que se tem é: trata-se de um benefício fiscal ou um mandamento constitucional? Muito se discute sobre isso. No fim das contas, acho que é os dois: é um benefício fiscal com previsão constitucional para tanto. Esse mandamento tem hoje um custo alto. Se a gente pegar o demonstrativo de gastos tributários que acompanha o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), se não me engano em 2017 o Simples Nacional é o maior gasto tributário: cerca de R\$ 90 bilhões, três ou quatro vezes maior que a Zona Franca, mas é um benefício tributário previsto na Constituição. A amplitude dele tem que ser regulamentada por lei, e aí, é evidente, de acordo com a eficácia desse regime.



“E por que existe esse regime diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte (EPP)? Trata-se do reconhecimento da importância dessas empresas para a economia. Um reconhecimento, em primeiro plano, no que diz respeito à geração de empregos – esse segmento cria até mais empregos que as grandes e médias empresas, com um saldo positivo, nos últimos 10 anos, de 10 milhões de vagas, enquanto as outras empresas registram um saldo negativo de 1 milhão.

### Parcelamento especial para as empresas do Simples Nacional

“Mas não é só isso: se a gente olhar o índice de sobrevivência das empresas no Brasil, é sabido que a maioria é encerrada antes de dois anos. Mas a taxa de mortalidade das microempresas e EPPs, por conta do Simples, é duas vezes menor do que as não optantes por esse regime.

“O Simples tem ajudado bastante as microempresas, as EPPs e o microempreendedor individual (MEI). Houve crescimento significativo desses pequenos negócios nos últimos anos – aproximadamente 12 milhões de empresas foram criadas e é um crescente de 6%, 7% e, no caso do MEI, 100% ao ano.

“Sobre o parcelamento especial de débitos com o Simples Nacional: sou um grande crítico do parcelamento de débitos tributários da forma como é feito, com anistias embutidas, não cobrança de juros etc. Acho que é um desincentivo ao pagamento voluntário e ao bom pagador. Mas, na medida em que se tem para as grandes empresas, maior razão deveria haver para contemplar as empresas do Simples Nacional. Temos a lei do parcelamento especial previsto para 2017, que é um projeto prioritário, além da facilitação dos pagamentos nas modalidades eletrônicas, a restituição automatizada e o Rede SIM, que é uma sistemática, talvez não tributária, que facilita a



abertura e o encerramento de micro e pequenas empresas, sem necessidade de toda a burocracia atual.

### Simplificação das obrigações tributárias acessórias

“Em síntese, o Simples Nacional envolve a simplificação do pagamento de diversos tributos em um só, a redução da carga tributária, até porque é um regime facultativo, e a desburocratização. Para quem não sabe, no Simples Nacional se entrega uma única declaração anual, e essa eu acho que é a grande vantagem que se deve levar em consideração, inclusive para outros regimes, num contexto em que a simplificação tributária é extremamente almejada pelos contribuintes em geral e pelos PFNs, mas que enfrenta grandes dificuldades.

“Nesse sistema temos um problema, porque há vários interesses em jogo numa reforma tributária. Por exemplo, a PEC n.º 233/08, que propõe a reforma tributária do IVA nacional, está parada desde 2008. Então acho que uma reforma factível talvez seja a simplificação das obrigações tributárias acessórias. Nesse sentido, acho que a Receita vem implementando isso desde o Sistema Público de Escrituração Digital, o SPED. Tem sido uma implantação

progressiva desde 2007, com a finalidade de eliminar essa multiplicidade de declarações, e os Estados e municípios podem aderir e ter acesso às informações; isso facilitaria a vida do contribuinte, do Fisco e de nós, Procuradores.

“Então acho que essa é uma reforma realmente factível; tanto é que, nos últimos dois relatórios do Banco Mundial, o Brasil estava sempre em último lugar no ranking, colocando como custo de conformidade, para pagamento de tributos, declarações etc., 2.800 horas. Mas nos últimos dois anos (17 e 18) esse número diminuiu. No ano passado foram 2.300 horas, e o relatório de 2018, recente, registra 1.900 horas. O Banco Mundial faz menção expressa ao SPED, como isso facilitou e reduziu a burocracia no âmbito das obrigações tributárias. Então essa é uma simplificação possível e temos que tentar continuar evoluindo nesse sentido. Mas aí vão me perguntar: o que isso tem a ver com nossa atividade de Procurador? É que no dia a dia a gente sempre tem algum caso de micro e pequena empresa. Para encerrar, o objetivo aqui não era ensinar o regime do Simples Nacional, mas sim trazer alguns tópicos mais do ponto de vista econômico do que jurídico.”

# Jurídico esclareceu dúvidas sobre ações

No último dia de programação do 17.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, os associados do SINPROFAZ puderam tirar dúvidas sobre ações judiciais de seu interesse. À frente da reunião, o diretor-jurídico do SINPROFAZ, Roberto Rodrigues, e os Advogados do Sindicato, Hugo Plutarco e Nara Nishizawa, responderam a todos os questionamentos, esclarecendo questões a respeito dos direitos dos filiados e discutindo as estratégias adotadas pelo SINPROFAZ para dar celeridade aos pleitos jurídicos.

Na ocasião, os Advogados detalharam a situação das execuções relativas à ação dos 28,86%. Segundo Hugo Plutarco, assim que o escritório recebeu as ações, foram verificadas profundas divergências nos valores atinentes aos Procuradores da Fazenda Nacional, mesmo àqueles pertencentes à mesma categoria. Essa situação motivou a contratação de um escritório de contabilidade para cálculo dos valores exatos. Quanto a isso, os Advogados lembraram a importância do pagamento, pelos associados, dos boletos encaminhados, de modo que o escritório possa concluir o cálculo e dar andamento às ações individuais.



Roberto Rodrigues e os Advogados ainda fizeram considerações acerca de outras ações patrocinadas pelo Mendes Plutarco, como as relativas às férias de 60 dias e à incidência do imposto de renda sobre o auxílio-creche – vetada após vitória judicial do SINPROFAZ. Os PFNs que não puderam comparecer à reunião ou que carecem de mais informações sobre processos de interesse, podem solicitar esclarecimentos por meio do e-mail [falecomjuridico@sinprofaz.org.br](mailto:falecomjuridico@sinprofaz.org.br).



## Nota

### SINPROFAZ terá Revista Jurídica a partir de 2018

Está em planejamento pela diretoria do Sindicato a edição de uma revista exclusiva para a publicação de artigos jurídicos,

de qualquer área do direito público. A revista será voltada precipuamente para os filiados do SINPROFAZ, mas poderá contar

com a colaboração de autores de fora da Carreira.

Aguardem mais informações em breve!

## No encerramento do Encontro Nacional, convidados enfatizaram temas políticos

O último dia de programação do 17.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional foi marcado por painéis de cunho político. Abordaram-se os principais temas de interesse da Carreira em debate no Congresso Nacional e as perspectivas para o funcionalismo público como um todo. Achilles Frias, presidente do SINPROFAZ, abriu as discussões com exposição sobre a necessidade de uma reforma tributária que atenda aos interesses da sociedade. “A desigualdade social tem sua raiz na desigualdade tributária. O SINPROFAZ tem estado no Congresso Nacional com a bandeira de que a carga tributária brasileira tem uma composição extremamente nociva e que é urgente revê-la, de modo que tenhamos uma carga que promova a justiça fiscal e, por conseguinte, a justiça social.”

### Finanças públicas e sistema tributário: os maiores problemas

A fala de Achilles Frias foi sucedida pela exposição de Ricardo Lodi Ribeiro, ex-presidente do Sindicato e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O PFN manifestou sua felicidade em estar no convívio dos Colegas e deu sequência ao tema em discussão que, de acordo com Lodi, muito tem a ver com o papel da Procuradoria da Fazenda Nacional



Achilles Frias



Ricardo Lodi Ribeiro

como Instituição Republicana. “Enquanto estamos inebriados por esse combate espetaculoso à corrupção do Estado, outros problemas se agravam. A corrupção é tratada como questão estatal, como se, na outra ponta, não houvessem os agentes do mercado. Para além da corrupção, o principal problema enfrentado pelo Brasil é o das finanças públicas e do sistema tributário que, nada equânime, promove a desigualdade social”, ressaltou.

### Desigualdade incompatível com uma República

O PFN e deputado federal Tadeu Alencar (PSB-PE) também prestigiou o último dia de palestras do 17.º Encontro do SINPROFAZ. Em consonância com as explanações precedentes, o Procurador da Fazenda Nacional reiterou que o grande mal do Brasil é a desigualdade tributária e social,

incompatível, por sua vez, com uma República. Segundo Tadeu Alencar, enquanto os bancos são os setores que mais lucram no país e praticamente não arcam com impostos sobre a renda, o trabalhador paga de tributos um valor de muito maior peso sobre seu salário. “A desigualdade tributária é estrutural e segue a linha inversa da capacidade contributiva – um princípio constitucional ignorado por todo o sistema tributário. Alterar as estruturas do país baseadas em manter esse sistema que aprofunda a desigualdade social é propósito que a PGFN não pode perder de vista.”

### Reversão do quadro de sonegação no setor de combustíveis

Palestrou em seguida Guido Silveira, diretor jurídico do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras



Deputado federal Tadeu Alencar



Guido Silveira (Sindicom)



Antônio Augusto de Queiroz

de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom. De acordo com o painelistista, o setor de combustíveis passou por uma grave crise, quando algumas das mais tradicionais empresas do mercado encerraram suas atividades no Brasil. Desde essa época, conforme o diretor, o Sindicom tem buscado se aproximar das entidades e instituições que fazem o combate à sonegação, à fraude e à corrupção. “Graças à atuação do SINPROFAZ e da Procuradoria da Fazenda Nacional, tivemos uma reversão muito significativa no quadro de sonegação no setor de combustíveis.

Desejamos estar sempre próximos dessas instituições, de modo a subsidiar a defesa e o combate à sonegação fiscal”, afirmou.

### **Fora da política não há solução para os problemas coletivos**

Para encerrar o ciclo de exposições da noite, palestrou Antônio Augusto de Queiroz, diretor do DIAP, analista político e consultor parlamentar do SINPROFAZ. O jornalista deu aos presentes um panorama do cenário político do país, abordando as oportunidades e ameaças aos servidores públicos e, em especial, aos

Procuradores da Fazenda Nacional. De acordo com o analista, o Brasil vive um déficit de consciência política, cívica e cidadã, e isso possibilita que as instituições alinhadas a propostas de caráter republicano, como a da justiça social, percam espaço para inescrupulosos sem nenhum compromisso com os interesses sociais. “Nesse cenário, as pessoas começam a desqualificar a política. Fora dela, entretanto, não há solução para os problemas coletivos. Todas as conquistas do processo civilizatório foram produto de decisão política”, destacou o consultor.

## **Dificuldades e avanços no Conselho Superior da AGU e no CCHA**

Em reunião liderada pelo vice-presidente do SINPROFAZ, Juscelino Ferreira, e pelo diretor Sérgio Carneiro, a Carreira pôde conhecer um pouco mais sobre as atribuições dos PFNs eleitos para atuação junto ao Conselho Superior da AGU (CSAGU) e ao CCHA. São eles o delegado sindical pelo Rio Grande do Sul José Carlos Loch e o suplente Filipe Aguiar, representantes da Carreira no CSAGU, e Rogério Campos, eleito para representar os PFNs no Conselho Curador. Os três fizeram, durante o 17.º Encontro Nacional, exposições a respeito das dificuldades ainda enfrentadas pelos Procuradores da Fazenda nos conselhos e os avanços já alcançados.

De acordo com Loch, o obstáculo enfrentado pelos PFNs na atualidade é o de ocupar espaços tanto na Advocacia-Geral da União, quanto no próprio CSAGU. Para exemplificar, Loch destacou a ne-



**Rogério Campos (CCHA), Dr. Sérgio Carneiro e Juscelino Ferreira (SINPROFAZ), José C. Loch e Filipe Aguiar (CSAGU)**

cessidade de acesso, pelos PFNs, às listas temáticas da AGU (importantes aos Colegas que atuam na consultoria) e a disponibilidade de vagas para os cursos oferecidos pela Escola Superior da AGU. “Os PFNs são, conforme a Constituição e a Lei Complementar n.º 73, membros da AGU de direito. De fato, porém, não fazemos parte da Advocacia-Geral da União. Esse espaço vem sendo buscado em reuniões com a participação do presidente Achilles Frias e devem ser ocupados pela Carreira de for-

ma séria, democrática, incisiva e transparente”, ressaltou.

Quanto ao CCHA, segundo Rogério Campos, os integrantes do Conselho Curador tiveram a missão e a oportunidade de criar um modelo novo de comitê, ideal ao atendimento das demandas das carreiras. Ainda hoje, porém, o CCHA enfrenta desafios: integrantes do Conselho, do SINPROFAZ e da PGFN estão sempre presentes no Congresso Nacional e em reuniões no Ministério do Planejamento para defender as prerrogativas conquistadas.

## Securitização da dívida ativa foi tema de Seminário Internacional

O SINPROFAZ apoiou e esteve presente no Seminário Internacional 2017 da Auditoria Cidadã da Dívida. O evento teve como tema “Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida – Criação de ‘Estatais não Dependentes’ para Securitizar a Dívida Ativa e Lesar a Sociedade”. As atividades foram realizadas de 7 a 9 de novembro, em Brasília, DF, e reuniram especialistas, juristas, políticos e militantes para análise do Sistema da Dívida no Brasil e em outros países da Europa e América Latina, com foco no sequestro da arrecadação e no seu desvio ao setor financeiro.

Entre as resoluções do Seminário Internacional 2017 esteve a aprovação do manifesto de repúdio ao posicionamento dos governadores de alguns Estados da Federação que defendem a aprovação do PLS n.º 204/16, PLP n.º 181/15 e PL n.º 3.337/15, em tramitação no Congresso Nacional. Tais projetos visam dar aparência de legalidade às operações de securitização, as quais são responsáveis pela expropriação de recursos públicos e aumento das dívidas públicas em milhões e até bilhões de reais.

### Saiba mais

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos formada por cerca de 50 entidades da sociedade civil brasileira, entre elas o SINPROFAZ, que tem entre seus objetivos realizar auditoria da dívida pública brasileira e exigir a devida transparência do orçamento fiscal, de modo que os cidadãos conheçam as fontes de recursos pú-



**O diretor Giuliano Menezes Campos representou o Sindicato no Seminário Internacional 2017 da Auditoria Cidadã da Dívida**

blicos e sua respectiva destinação.

Os trabalhos da Auditoria Cidadã tiveram início em 2001, depois da realização, no ano anterior, do Plebiscito Popular da Dívida Externa em 3.444 municípios. Na ocasião, mais de 95% dos 6.030.329 de cidadãos que participaram do plebiscito votaram contra a manutenção do acordo com o FMI, a continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal e ainda contra a destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores.

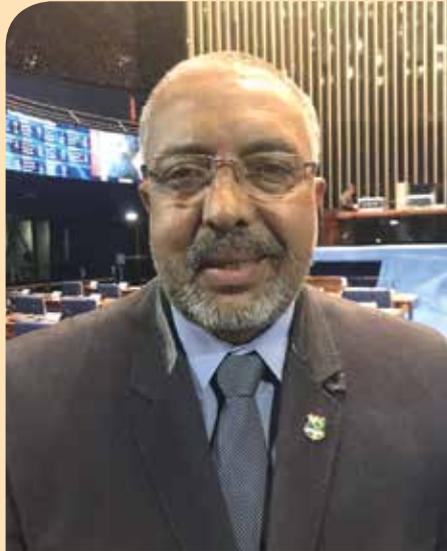
Em respeito à Constituição Federal – cujo artigo 26 do ADCT prevê a auditoria da dívida, porém

até hoje não foi cumprido – e ao voto dos milhões de cidadãos que participaram do Plebiscito no ano 2000, a Auditoria Cidadã da Dívida vem realizando, desde 2001, estudos, publicações, eventos, além de atividades para a mobilização de entidades da sociedade civil nacional e internacional. A coordenação da Associação, totalmente voluntária, está a cargo de Maria Lúcia Fattorelli desde sua fundação.

Qualquer entidade ou cidadão preocupado com o agravamento dos problemas nacionais, dentre os quais o endividamento público exerce papel preponderante, pode participar da Auditoria Cidadã da Dívida.

# Paulo Paim: um legislador incansável a serviço dos trabalhadores ativos e aposentados

**P**aulo Renato Paim é senador pelo Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul em segundo mandato. Há 32 anos no parlamento brasileiro, cumpriu quatro mandatos de deputado federal, todos pelo PT-RS. Virou político naturalmente, pois desde o tempo de estudante já atuava na política. Foi presidente do Grêmio Estudantil. Como atleta de futebol do seu time de coração, o Caxias (antigo Flamengo de Caxias do Sul), foi capitão. Já trabalhando, presidiu a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Em um ano já era presidente do sindicato de Canoas. Passado outro ano, se tornou dirigente da CUT Nacional. Em seis meses foi eleito presidente da Central Estadual dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Com um racha no movimento sindical, logo estaria como secretário-geral da CUT Nacional e, dali a três anos,



em um congresso de trabalhadores gaúchos, foi escolhido para ser o candidato dos trabalhadores a deputado federal constituinte. Eleito, veio para Brasília ajudar na elaboração da Constituição cidadã de 1988. Paim se destaca desde seus primeiros mandatos como um defensor incansável dos direitos dos trabalhadores. Presidente da CPI da Reforma da Previdência, convocou entidades nacionais, entre elas o SINPROFAZ, para contribuírem com os debates, por intermédio de informações e depoimentos. A conclusão da CPI foi de que a Previdência não é deficitária. A Constituição deixa claro quais são as fontes de financiamento da Previdência, porém, o governo federal manipula os números para dar uma impressão errada do problema para os brasileiros. Veja a seguir entrevista com o senador Paulo Paim concedida à Revista Justiça Fiscal em 21 de novembro.

**Sua atuação sempre se destacou pela defesa dos trabalhadores. Hoje, olhando os ataques que o trabalhador vem sofrendo, a situação do país e, particularmente, do Congresso, o que o incentiva a continuar nessa luta?**

Vendo essa questão que você coloca, do desgaste do mundo político, das derrotas que tivemos, inclusive pensei até em trocar de partido e sair. Mas daí, debate com um, debate com outro, fui amadurecendo com a visão de que se os melhores (não que eu seja melhor) quadros que defendem o povo trabalhador saírem, vai sobrar só a escória, que vai continuar assaltando o nosso povo. E as causas, pra mim, estão em primeiro lugar. São as causas que dão energia à nossa

vida; que fazem com que a gente se emocione, que o coração bata mais forte, e nos dá inclusive vida. E olhando esse cenário, com tanto ataque aos trabalhadores, seria uma covardia eu sair de campo e deixar uma lacuna onde aqueles que têm uma experiência acumulada podem ajudar muito, inclusive renovando, trazendo novas lideranças e passando sua experiência.

Eu estou há 32 anos no parlamento. Para mim, se fosse pelo interesse pessoal, o melhor seria sair e cuidar da minha vida pela experiência, por tudo que aprendi e fiz aqui dentro. Mas acho que este é um momento em que nós temos que ter um acúmulo de forças no campo progressista para caminhar juntos naquilo que eu defendo, que é

uma grande Frente Ampla pelo Brasil (que já tem manifesto redigido). Há dois anos estou reunindo as melhores pessoas do bem numa frente ampla do centro para a esquerda, pois tem que ter uma questão ideológica e programática mínima, para o centro e a esquerda caminharem juntos. Então é isso que está me levando adiante: o compromisso de combater essa quadrilha que está instalada hoje no país e ajudar a construir um projeto de nação.

**O relatório final da CPI da Previdência, da qual o senhor foi presidente, chegou à conclusão de que ela não é deficitária, ao contrário do que diz o governo. Como se chegou a essa conclusão?**

Quando nós percebemos que eles

tinham passado a reforma trabalhista, que é um ato criminoso, como eu tenho dito, né? Nem eles sabem o que fizeram. É uma bagunça tão grande que uma hora eles falam em baixar projeto de lei, agora baixaram medida provisória. Vai ser um outro debate. Daí eu apresentei cerca de 40 emendas. A minha intenção era chegar a 100 emendas, mas sei que não vai dar. Mas vai ultrapassar 50 emendas. Nós vamos fazer um outro debate sobre as loucuras que eles inventaram, como o trabalho intermitente, autônomo exclusivo, mulher gestante e lactante atuar em área insalubre e em trabalho penoso; negociado sobre o legislado (a lei vale para todos, só não vale para os trabalhadores). Então, baseado nisso eu formatei uma comissão especial aqui no Senado e estamos elaborando uma outra CLT. Um estatuto do mundo do trabalho. Entrei com um projeto revogando essa que eles aprovaram.

### **Mas e sobre a Previdência?**

O estatuto é ligado também com a Previdência. Quando você enfraquece o mundo do trabalho, significa que as contribuições serão bem menores para a Previdência. Aí sim, nós vamos ter problemas lá na frente. Mas, assim mesmo, orientei debates na CPI da Previdência. Primeiro me disseram que eu não ia instalar. Não ia conseguir 27 assinaturas. Consegui 62. Um trabalho de seis meses. O norte não era olhar o último ano, era fazer a média da Constituinte pra cá. Mas daí resolveram pegar os últimos 15 ou 20 anos. Só dos últimos 20 anos pra cá, em valores atualizados, conforme os especialistas, procuradores, promotores e juizes que participaram, você poderia ter um acúmulo de algo em torno de 8 trilhões de reais depositados na Previdência. Isso se eles tivessem cumprido o que manda a Constituição; não tivessem feito esses Refis; não tivessem aberto mão da contribuição do empregador, que é de 20% – e eles passaram a maioria para 1,5% ou 2%, até 2,5%

## ***A Previdência no Brasil é superavitária. É só parar a corrupção, o desvio de dinheiro para outros fins, a sonegação, o perdão de dívidas, a não aplicação de multas, juros e correção***

—; se não tivessem dado anistia; não tivessem aplicado uma leizinha vagabunda que diz que depois de cinco anos pode até caducar a dívida; se tivessem executado os processos como deveriam executar, porque não é dada estrutura aos Procuradores da Fazenda Nacional, aos profissionais da área para fazerem o papel que eles gostariam de fazer. Quando estiveram aqui, os PFNs disseram que era uma vergonha esses refis, uma vergonha não ter um número suficiente de Procuradores para executar uma dívida que hoje seria, dos grandes devedores, de mais de um trilhão de reais. Só com a Previdência a dívida deve estar em torno de 600 bilhões de reais. Eu digo dívida pronta para ser executada, não estou falando da dívida acumulada. Sem contar as que não pagaram e a maioria caducou. Então, com todos esses componentes, o relatório da CPI mostra que a Previdência no Brasil é superavitária, é viável. É só parar a corrupção, o desvio de dinheiro para outros fins, a sonegação, o perdão de dívidas, a não aplicação de multas, juros e correção. Se continuar fazendo como agora, claro, não tem lugar nenhum em que vai dar certo.

### **A Constituição de 88 deixa claro quem financia a Previdência.**

Exatamente. É o que manda a Constituição, desde o princípio básico que está ali: é a cota do empregado e empregador, PIS/PASEP, jogos lotéricos, entre outras; e toda vez que você compra alguma coisa ou vende algum produto, como dizem muito bem os pequenos vídeos que eu vi do SINPROFAZ, é só seguir o que manda ali que a Previdência está garantida. Tem que acabar com essa história de atacar servidor público. Antes era a Dilma a culpada por tudo. Agora é o servidor público. Essa meia-sola que eles querem fazer é ataque ao servidor dia e noite. Em vez de atacar servidor, porque não pegam a cúpula do Legislativo, do Executivo e do Judiciário? Por que permitem o acúmulo de aposentadorias?

### **Demonizam o servidor público como se o país pudesse funcionar sem eles.**

Claro que não pode. O servidor público, o nome já diz, é o servidor do público. Sempre pagaram sobre o total dos vencimentos. Falam em atacar os marajás, mas não atacam coisa nenhuma. Já fizeram uma lei, uns quatro anos atrás, para que todos aqueles que entrarem no serviço público se aposentem pelo Regime Geral da Previdência. Acima disso é aposentadoria complementar. Bem, cada um faz como quiser. Então a Previdência no Brasil tem tudo para dar certo, não fosse a picaretagem que muitos governantes fazem, inclusive, conforme denúncias que chegaram lá (na CPI), que muito dinheiro que iria para a Previdência vai para o financiamento de campanhas eleitorais.

### **Além dos governantes, a quem interessa a reforma da Previdência nos termos em que ela está no Congresso?**

A reforma trabalhista só interessa à cúpula do empresariado nacional,

os cinco por cento mais ricos. A da Previdência interessa ao sistema financeiro, porque eles são os maiores devedores. Em primeiro lugar, porque eles não vão pagar, e em segundo porque eles vão fazer os fundos de pensão privados. Porque, como já aconteceu no Chile, na Argentina, nos Estados Unidos e até em alguns casos no Brasil, quando o fundo vai à falência o banco não quebra, o que quebra é aquela carteira. E aí o dinheiro do trabalhador desaparece. A esses interessa meter a mão no dinheiro da Previdência.

**Diante de interesses tão divergentes entre União, Estados, municípios e os contribuintes, é possível fazer uma reforma tributária, que todos concordam ser necessária, que venha a beneficiar o país?**

Estou aqui há 32 anos. Sempre ouvi falar em reforma tributária, mas nunca sai. Porque ninguém quer abrir mão: a União não quer abrir mão do que arrecada; o estado e o município também não, e querem mais. E é natural que o contribuinte queira pagar menos. Ele é quem mais paga e não quer mais pagar diante dessa loucura que é hoje este país. Por isso não acredito que a reforma tributária saia tão cedo, por causa da briga de interesses adversos entre grupos da sociedade. Mas temos que tentar fazer sempre.

**A população não se choca mais com a corrupção, não se vê indignação diante de tudo o que está acontecendo. Como mudar isso? Onde foi que a gente se perdeu?**

O que aconteceu neste país? A grande mídia foi a maior culpada. Foi proposital. Ela vendeu para o Brasil e para o mundo a ideia de que tirando a Dilma estaria tudo resolvido. Se você perguntar pra alguém na rua por que a Dilma foi afastada, vão dizer “ah, foi uma tal de pedalada”. Mas o que é uma pedalada mesmo?

***É impossível crer que o nosso povo vai votar naqueles que retiraram direitos do trabalhador, na área pública, na área privada, acabando com a Previdência, congelando os investimentos, acabando com a educação, com a saúde***

Não saberão explicar que foi o Bolsa Família, que tiraram dinheiro para pagar o Bolsa Família e depois repuseram o dinheiro etc. Ora, estiveram no Congresso alguns convidados estrangeiros que disseram: se isso é motivo para cassar a presidente, na Europa não teria nenhum presidente exercendo mandato. Mas nenhum foi cassado. O que aconteceu no Brasil? A mídia mentiu, e essa população que foi à rua para tirar a Dilma viu que entrou no lugar dela uma quadrilha muito pior.

**Mas parece, pelo comportamento da população, que isso não é tão grave, que está tudo bem.**

Tudo bem não pode estar. Eles ficaram tão decepcionados que estão numa inércia agora, encabulados, envergonhados, como se estivessem anestesiados. Mas não são só eles os culpados. Os outros 50 milhões que queriam manter a Dilma, onde estão? Por que não estão nas ruas? A minha explicação é que esses 50 milhões ficaram decepcionados com Temer e a quadrilha dele. Estão pensando: entramos numa fria. Os outros 50 milhões podem pensar assim: lutamos, elegemos uma presidenta que estava fazendo um bom

governo, daí veio um Congresso que está apodrecendo, retira a presidenta e bota uma quadrilha no palácio do Planalto. Adiantou lutar? Então esse é o conflito que está havendo. Neste momento, tanto o “coxinha” que lutou para tirar a Dilma, quanto o pessoal que queria combater o *impeachment* estão anestesiados, porque ninguém está indo pra rua. A não ser grupos de sindicalistas.

**E qual é o caminho para solucionar a terrível situação do país?**

Eu tenho apontado o caminho de 2018. O atual presidente dificilmente sairá antes, pois tem a Câmara nas mãos. Lá não o deixam ser investigado, apesar de três crimes que ele tinha nas costas (dois a Câmara já anistiou). Ele comprou os votos. Então tem que se apostar em 2018. Eleger um Congresso decente, porque este é indecente. Eleger um presidente decente, porque esse é indecente. E é a forma mais barata e com menos esforço físico, inclusive. É impossível crer que o nosso povo vai votar naqueles que retiraram direitos do trabalhador, na área pública, na área privada, acabando com a Previdência, congelando os investimentos, acabando com a educação, com a saúde, acabando com tudo. Então, 2018 é o grande momento da virada. E nós temos que trabalhar nesse sentido. Essa gente que está aí não pode ser eleita.

**E vão deixar o Lula ser candidato?**

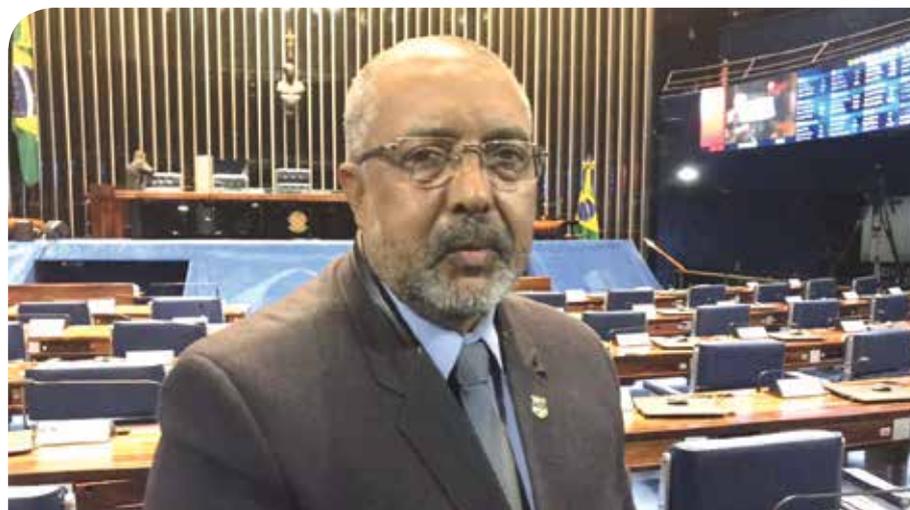
Eu tenho dito publicamente que eles têm três problemas com o Lula: problema número um: eu trabalhei na campanha para libertar Nelson Mandela. Viajei diversos países, estive em Soweto, Joanesburgo, na Alemanha, Itália, Espanha. Levei um documento para o governo do *apartheid*, em Pretória, um documento em nome do Brasil e do Congresso, como deputado constituinte. Fizemos comitês em todo mundo, o Mandela foi libertado e se elegeu presidente

da África do Sul. Se eles colocarem o Lula na cadeia, pode saber que eles vão arrumar um problemão internacional. Vão se criar comitês em vários países pela liberdade do Lula. E se não prenderam até hoje, é porque não conseguiram provar nada contra ele. Senão ele estaria preso! Então a primeira questão é esta: o Lula pode virar o novo Nelson Mandela.

Questão dois: digamos que eles simplesmente queiram ganhar do Lula nas urnas. Não ganham. O Lula, em todas as pesquisas que estão aí, ganha as eleições até no primeiro turno e vira presidente do país. E terceiro, eu digo sempre, e é quando o pessoal mais bate palma: cassam os direitos políticos do presidente Lula. Ele vai ser o cabo eleitoral mais disputado do mundo. Chego a dizer – claro, sou candidato ao Senado –, que para demonstrar a força do cabo eleitoral Lula, eu poderia ser o primeiro presidente da República negro eleito neste país. Óbvio que eu falo isso pra massa e a massa bate palma, mas entende que eu sou candidato ao Senado. Nós vimos ontem, dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), dados assustadores: o negro ganha metade do salário do branco, tem o maior número de desempregados, é o que tem menos direito à educação, mas com o apoio do Lula dá até para me eleger um negro presidente da República.

### **Então o senhor se coloca como alternativa?**

Não. Eu sou candidato a senador. Eu digo que não há plano B no caso do Lula. Alguns partidos me procuraram – o PV numa época, o PROS, o Pátria Livre, o Partido dos Aposentados – todos me procuraram para que nessa frente ampla eu me apresentasse como candidato a presidente. Eu disse: olha, o nosso candidato é Lula. E com o Lula candidato não tem plano B, porque o Lula vai concorrer. Eles não têm prazos legais para im-



pedir o Lula de concorrer. Bom, isso não quer dizer que se o cavalo passar encilhado um dia a gente não possa também enfrentar essa visão arcaica, obsoleta, caduca que está aí, que quer levar o Brasil a uma situação de miséria absoluta, principalmente para o povo trabalhador, da classe média pra baixo.

### **O senhor acredita que o governo consiga aprovar a reforma da Previdência ainda este ano?**

Eles querem fazer essa meia-sola de reforma da Previdência este ano ainda. Mas não têm tempo hábil. Só se rasgarem o Regimento e a Constituição, porque aqui se vota mesmo é dois dias por semana, terça e quarta-feira. Como é que eles vão fazer uma votação com 308 votos lá na Câmara e 48 aqui no Senado, em dois turnos, com praticamente dez dias úteis restantes? Eles não têm condições, e por isso eu apelo à população para que continue firme na mobilização a fim de que eles não consigam fazer essa reforma e a gente possa até revogar a reforma Trabalhista.

### **Para encerrar, gostaria que o senhor falasse sobre a participação do SINPROFAZ, por intermédio de seu presidente Achilles Frias, na CPI da Previdência.**

Ele deu uma bela contribuição, com dados e números. Eu diria que as entidades como o SINPROFAZ ajudaram muito nesse relatório. Foram fundamentais. Todos os que foram convidados deram depoimentos e provaram que não há motivo nenhum para fazer essa reforma absurda. Até porque alguns dizem que não existe idade mínima para se aposentar, mas tem sim, tanto na área pública quanto na área privada. É a fórmula 85/95, homem 60 anos e mulher 55; 35 anos de contribuição para o homem e 30 para a mulher, e se aposentam com o princípio da integralidade. E já tem aquele corte que eu falei, que todos estão no Regime Geral da Previdência daqui pra frente. Então não há motivo nenhum. E o SINPROFAZ trouxe números, dados, informações; mostrou que basta combater de fato a falcaturia, parar de dar anistia, combater a corrupção, acabar com esses Refis que estão fazendo, dar estrutura para que os Procuradores da Fazenda Nacional possam efetivamente executar os processos que eles têm, parar com essas negociatas. Esse é o caminho: O caminho que o SINPROFAZ apontou. O problema é somente de gestão, de falta de combate à impunidade, à sonegação e ao desvio de dinheiro.

## Entidades promovem seminários sobre “A Funpresp e a sua Aposentadoria”

O SINPROFAZ, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e o Sindicato dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) firmaram parceria para levar aos filiados o projeto “A Funpresp e a sua Aposentadoria”, que consiste em uma série de seminários regionais sobre a previdência complementar do servidor público.

A cerimônia de lançamento ocorreu na sede da ANFIP, em Brasília, DF, no dia 9 de outubro. Além do presidente do SINPROFAZ, participaram os presidentes da Associação, Floriano Martins de Sá Neto, do Sindireceita, Antônio Geraldo Seixas, e o conselheiro fiscal da Funpresp Márcio Costa. Eles explicaram os objetivos dos seminários, iniciados no dia 13 de novembro, no auditório do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, e que devem ocorrer até o fim do próximo ano em todas as superintendências e regiões fiscais do Ministério da Fazenda.

Representantes da Funpresp e da Previc participam de todos os encontros para orientar os servidores que ainda não cumpriram os requisitos para a aposentadoria ou que ingressaram depois de 2004.



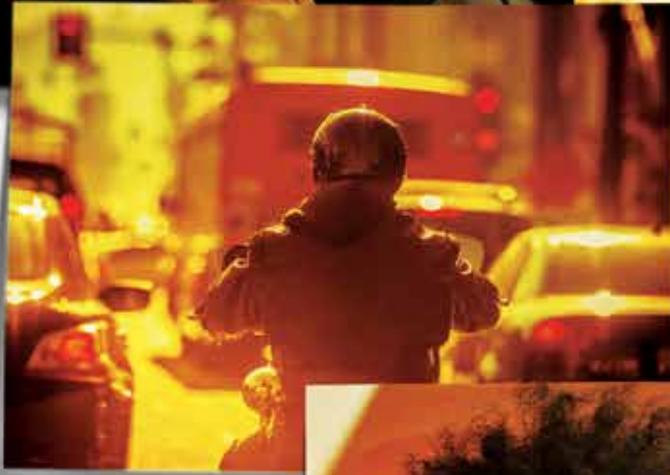
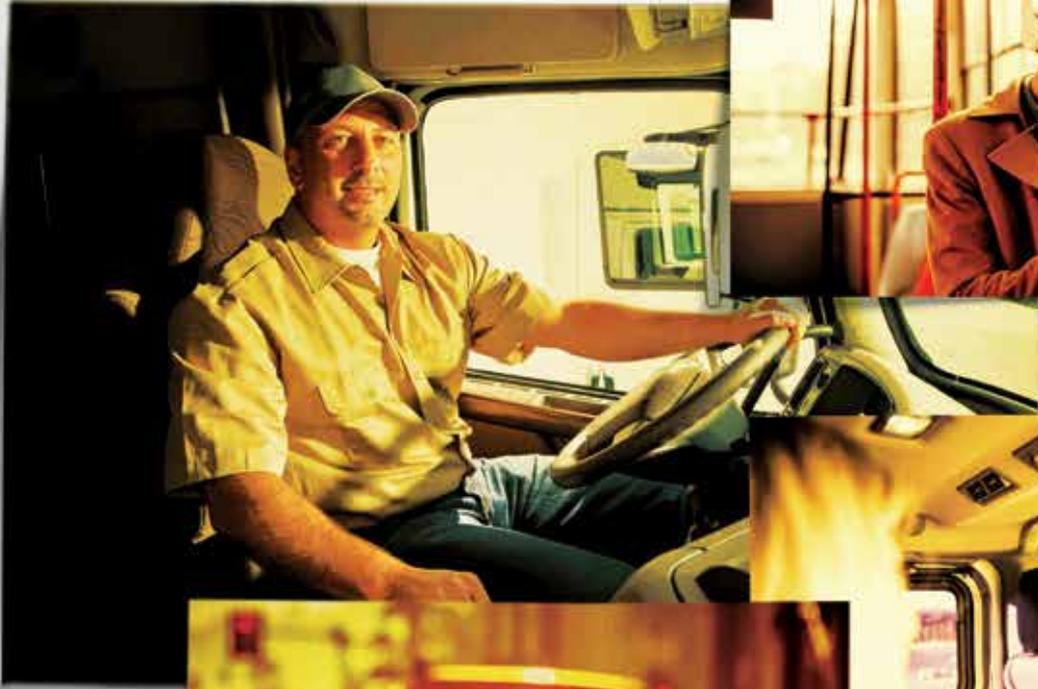
## Carreira de apoio para a PGFN

O presidente do SINPROFAZ acompanhou, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), a apreciação do Projeto de Lei n.º 6788/17. A proposta cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União e inclui a Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional. Esteve também presente na reunião da CTASP a assessora parlamentar da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a PFN Cláudia Trindade.

O projeto de reestruturação foi apresentado originalmente pelo Executivo. Após análises, o deputado Assis Melo (PCdoB-RS)

propôs modificações e produziu um substitutivo. Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a deputada Gorete Pereira (PR-CE) pediu vista do novo texto. O SINPROFAZ seguirá atuando ao longo da tramitação do PL, de modo a enfrentar quaisquer resistências e dar celeridade à aprovação do texto.





# **Legal é contar com combustível de qualidade.**

**Combustível adulterado  
pode deixar você pelo caminho.**

Nós sabemos o quanto a adulteração nos combustíveis pode afetar o seu dia-a-dia. Por isso, o MOVIMENTO COMBUSTÍVEL LEGAL luta para garantir a qualidade em toda a cadeia de distribuição, combatendo a fraude e a sonegação no setor. Agora, precisamos do seu apoio para a aprovação do PLS 284/2017.

**Entre no site, apoie essa causa e compartilhe.**

[www.combustivellegal.com.br](http://www.combustivellegal.com.br)

## Sistema não é deficitário, conclui CPI

No último dia 25 de outubro, o relator da CPI da Previdência, senador Hélio José (PROS/DF), apresentou o relatório final do colegiado, no qual concluiu que a Previdência Social não é deficitária, mas, sim, alvo de má gestão. O texto, aprovado por unanimidade, menciona por diversas vezes o SINPROFAZ que, na pessoa do presidente Achilles Frias, contribuiu com as discussões nas duas oportunidades que teve de expor à Comissão a necessidade de valorização dos PFNs. Nessas ocasiões, Achilles Frias denunciou o deliberado sucateamento que a Procuradoria da Fazenda Nacional vem experimentando, especialmente depois de optar por se concentrar na cobrança dos grandes devedores.

Segundo o relatório, “é possível afirmar, com convicção, que inexistem déficit da Previdência Social ou da Seguridade Social” no Brasil. Para o relator, os dados e os argumentos utilizados pelo governo ao propor a reforma contêm “falhas graves” e são “alarmistas”. No texto, Hélio José também afirma que o SINPROFAZ forneceu importantes subsídios à CPI, contribuindo ainda mais com o debate ao divulgar estudos técnicos periódicos sobre evasão fiscal.

O senador Hélio José destacou, em entrevistas, que algumas questões relevantes têm sido mitigadas pelo debate meramente atuarial da Previdência. Entre essas questões, destaca-se a crescente dívida ativa da União e o sucateamento da Procuradoria da Fazenda Nacional. Segundo o relatório da CPI, “ao lado do fortalecimento das instituições voltadas à fiscalização de tributos e à execução da dívida ativa tributária, impõe-se a modernização e atualização da própria legislação que rege essa execução fiscal”.



**Participação do presidente do SINPROFAZ na primeira audiência pública da CPI da Previdência, oportunidade em que denunciou mais uma vez o deliberado processo de sucateamento da PGFN**

### Propostas

Veja alguns dos projetos (PLS) e emendas constitucionais (PEC) sugeridos no relatório aprovado, com o objetivo de aperfeiçoar a Previdência Social:

- Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que consolida a competência material da Justiça do Trabalho para a execução das contribuições previdenciárias não recolhidas no curso do vínculo empregatício apenas reconhecido na sentença;

- PEC para recriar o Conselho Nacional de Seguridade Social — que participará da formulação e fiscalização da proposta orçamentária da Seguridade — e determinar a não aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) nas receitas da seguridade social;

- PLS que retira do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de

extinção de punibilidade para os crimes contra a ordem tributária, que atualmente ocorre com o pagamento do tributo devido; e

- PEC que aumenta para R\$ 9.370, o teto do valor dos benefícios do RGPS, com ajustes que preservem seu valor real, “atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social”.

### A CPI

Instalada no fim de abril, em pouco mais de seis meses a CPI realizou 26 audiências públicas e ouviu mais de 140 pessoas entre representantes de órgãos governamentais, sindicatos, associações, empresas, além de membros do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, deputados, auditores, especialistas e professores. Foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

# Diretoria unida no Congresso Nacional contra a PEC n.º 287/2016

O presidente e o vice-presidente do SINPROFAZ, Achilles Frias e Juscelino Ferreira – acompanhados dos diretores Iolanda Guindani, Caio Graco, Giuliano Menezes, Rodrigo Mellet, Roberto Rodrigues, André Campello, Antônio Guedes Duarte, Sérgio Carneiro, Valéria Ferreira e Kizzi Reina, além do associado Isaac Bentes, lotado na PFN-PA –, estiveram no Congresso Nacional no dia 12 de dezembro, em atividade para tentar barrar a proposta de reforma da Previdência.

Foram visitados os gabinetes de Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Otávio Leite (PSDB-RJ), André de Paula (PSD-PE), Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Efraim Filho (DEM-PB), entre outros, cujos votos ainda estavam indefinidos. Os representantes da Carreira expuseram o posicionamento do Sindicato em defesa dos trabalhadores dos setores público e privado.



A diretoria esteve também com parlamentares parceiros como Patrus Ananias (PT-MG), Soraya Santos (PMDB-RJ), Laudívio Carvalho (SD-MG), Roberto Britto (PP-BA), Moses Rodrigues (PMDB-CE),

José Priante (PMDB-PA) e Sílvio Costa (Avante-PE). Assim como os deputados, o líder do PT no Senado Federal, Lindbergh Farias (RJ), manifestou apoio à mobilização dos diretores.

Nos gabinetes de deputados abertamente contrários à proposta, a exemplo de Luizianne Lins (PT-CE), Ivan Valente (PSOL-SP), Eros Biondini (PROS-MG), Jô Moraes (PCdoB-CE) e Vitor Valim (PMDB-CE), a diretoria do SINPROFAZ também encontrou aprovação ao trabalho parlamentar e incentivo para prosseguir com o convencimento dos deputados indecisos sobre o voto.

## Campanha diz “Não à Reforma da Previdência”

O Fonacate, fórum que reúne o SINPROFAZ e demais entidades representativas das carreiras de Estado, lançou no mês de novembro uma campanha contra a reforma da Previdência. O movimento se contrapõe à mentirosa propaganda do governo Temer, que promove um ataque sem precedentes aos servidores públicos. Um governo que chegou ao poder sem um projeto legitimado pelas urnas e adotou



medidas que subtraem direitos sociais e trabalhistas conquista-

dos duramente pelos brasileiros.

Além de um vídeo, foi produzido material gráfico que contém uma análise, elaborada pelas entidades, da emenda aglutinativa à PEC 287/16 – emenda que representa uma farsa, pois mantém as aberrações do texto original. O folder pode ser impresso no site do SINPROFAZ. A proposta é que o material contribua com o trabalho parlamentar nas bases.

## XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira

O presidente Achilles Frias e o diretor jurídico do SINPROFAZ, Roberto Rodrigues, participaram, no dia 27 de novembro, do primeiro dia de programação da XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, promovida em São Paulo, SP, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Esse é o maior evento jurídico da América Latina – foram mais de 250 palestrantes, 55 eventos paralelos, 40 painéis divididos em oito eixos temáticos, e um público de mais de 20 mil profissionais de várias partes do Brasil.

A abertura foi prestigiada por autoridades como o presidente nacional da OAB, Cláudio Lamachia, a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, além de presidentes de entidades representativas da Advocacia Pública em âmbito nacional, estadual e municipal.



No primeiro dia de Conferência, cuja temática central foi “Em defesa dos direitos fundamentais: pilares da democracia, conquistas da cidadania”, o painel sobre Advocacia Pública foi presidido por Marcelo Terto, presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública da OAB, o qual solicitou que primeiro usasse a tribuna o presidente do SINPROFAZ. Em sua exposição, Achilles Frias abordou questões relativas às prerrogativas dos Advogados Públicos em âmbito nacional, em especial, federais. O diretor do Sindicato Roberto Rodrigues, membro da Comis-



são, fez uso da palavra, oportunidade na qual também saiu em defesa das prerrogativas conquistadas pelos Advogados Públicos.

A Conferência promoveu debates sobre temas de interesse público como as reformas Trabalhista e da Previdência, ocasião na qual o presidente do SINPROFAZ expôs a contrariedade da Carreira com as medidas anunciadas pelo governo federal. Participaram ainda do evento os diretores sindicais Rodrigo Mellet, Carlos Alexandre Torres e Valéria Gomes Ferreira.

## II Congresso de Contencioso Tributário da PGFN e o FGTS

Achilles Frias, representando o SINPROFAZ, integrou a mesa da solenidade de abertura do II Congresso de Contencioso Tributário da PGFN e o FGTS. O evento, que contou com o apoio do Sindicato, aconteceu de 20 a 22 de novembro, em Brasília, DF. Além do presidente do Sindicato, compuseram a mesa da cerimônia o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller, o Advogado-Geral da União substituto, Paulo Gustavo Medeiros, o secretário-executivo do Conselho Curador do FGTS, Bolívar Tarragó, e o subsecretário da Receita

Federal Luís Fernando Teixeira Nunes.

Em discurso, Achilles Frias destacou a importância do Congresso – um evento jurídico, técnico, mas que é também oportunidade para confraternização. De acordo com o presidente do SINPROFAZ, é fundamental à Carreira, que é nacional, a troca presencial de ideias e a discussão a respeito de teses sobre a atuação diária dos PFNs. Achilles Frias ainda ressaltou o dever do SINPROFAZ de estimular e apoiar iniciativas da Administração voltadas ao aprimoramento dos Colegas.

## XIV Congresso Brasileiro dos Procuradores Municipais

O SINPROFAZ, representado pelo presidente Achilles Frias, esteve presente na solenidade de abertura do XIV Congresso Brasileiro dos Procuradores Municipais. O encontro, promovido pela Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), ocorreu de 21 a 24 de novembro.

Na fala de abertura do evento, o presidente da ANPM, Carlos Figueiredo Mourão, agradeceu a presença do SINPROFAZ e enalteceu a parceria de longa data com o Sindicato, ao lado do qual a Associação tem atuado em defesa dos pleitos da Advocacia Pública Nacional.

## Congresso de Advocacia em Ribeirão Preto, SP

Promovido no dia 21 de setembro pela Comissão da Advocacia Pública e diretoria da 12.<sup>a</sup> Subseção de Ribeirão Preto da OAB-SP, o VI Congresso Estadual da Advocacia Pública foi prestigiado pelo presidente do SINPROFAZ e pelos diretores Rodrigo Mellet e Carlos Alexandre Torres. Além de integrar a mesa de abertura do evento, Achilles Frias presidiu a mesa inicial de debates do Congresso, em que discutiu-se “O papel da OAB na proteção do Advogado Público”.

Sob a temática geral “Advocacia Pública em ação: desafios e experiências”, os cerca de 200 Advogados presentes debateram, entre outros assuntos, experiências de conciliação, mediação e arbitragem; as medidas eficazes de recuperação de crédito; os honorários advocatícios, as prerrogativas e a Fazenda Pública.



## Posse na ANADEF

O SINPROFAZ prestigiou a posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), ocorrida no dia 5 de setembro, em Brasília. O presidente recém-empossado, Igor Roque, enfatizou em seu discurso a importância do fortalecimento e união das entidades representativas dos servidores públicos para o enfrentamento ao ataque direcionado às carreiras de Estado.



*Marcelino Rodrigues (ANAFE), Igor Roque (presidente da ANADEF) e Achilles Frias*

## XVIII ENAU

O presidente do SINPROFAZ compôs a mesa da cerimônia de abertura do XVIII Encontro Nacional dos Advogados da União (ENAU) e XIV Seminário Nacional sobre Advocacia de Estado, promovidos pela ANAUNI em outubro último, no Ceará. Em pauta no evento, o tema “A Consensualidade na Administração Pública”.

Foram discutidas questões jurídicas de relevo, notadamente quanto ao papel da Advocacia-Geral da União na busca de soluções consensuais para as demandas que envolvam a Administração Pública, visando uma maior aproximação da carreira com a sociedade e a comunidade jurídica.



Também compuseram a mesa autoridades como Valdetário Andrade Monteiro, membro do Conselho Nacional de Justiça; José Roberto da Cunha Peixoto, subprocurador-geral da União; Roberta Duarte Vasques, vice-presidente da OAB Ceará, além da presidente da ANAUNI, Márcia David.

## Ribeirão Preto, SP

Representado pelo presidente Achilles Frias e pelos diretores Rodrigo Mellet e Carlos Alexandre Torres, o SINPROFAZ esteve reunido em setembro com os associados lotados na Seccional de Ribeirão Preto, SP. Na oportunidade, discutiram-se questões relacionadas à estruturação da unidade e temas pertinentes aos Procuradores da Fazenda em âmbito nacional.

Pleitos prioritários da Carreira, como a celeridade das ações judiciais em curso e a defesa das prerrogativas conquistadas, pautaram a reunião. Os associados também expuseram preocupação quanto às medidas anunciadas pelo governo federal que afetam significativamente os servidores públicos. Em vista dessas apreensões, o presidente do SINPROFAZ explicou de que forma o Sindicato tem atuado a fim de preservar os direitos dos filiados.



## Porto Alegre, RS

Também em setembro último, o Sindicato visitou os Procuradores da Fazenda Nacional lotados no Estado do Rio Grande do Sul. O encontro, realizado na cidade de Porto Alegre, reuniu cerca de 50 representantes da

Carreira e contou com a presença do presidente do SINPROFAZ, Achilles Frias, da diretora Iolanda Guindani, do delegado sindical e representante da Carreira no Conselho Superior da AGU, José Carlos Loch, do também

delegado sindical Rafael Pedroso Colembegue, da conselheira fiscal do SINPROFAZ Renata Valle, além do Procurador-Regional da Fazenda Nacional na 4.ª Região, Rafael Dias Degani, entre outros convidados.



# Pedido de acesso a informações públicas não exige motivação

**Manoel Felipe Rêgo Brandão\***

A Lei n.º 12.527/2011 é uma bela página da nossa incipiente cultura republicana. Logo no artigo 3.º, *caput* e inciso I, o legislador revelou o seu propósito de impor o respeito ao direito constitucional fundamental de acesso à informação, em conformidade com os princípios básicos da administração pública e observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

Em qualquer república acostuada ao cumprimento da Constituição e das leis, nada mais precisaria ser dito. Mas, conhecendo o seu “gado”, em especial o da raça barnabé, que viceja nos ricos pastos do serviço público, o legislador tratou de realçar o óbvio no artigo 21: “Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.” Os dois dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) contemplam, com perfeição, toda vontade do legislador: publicidade e acesso à informação como regras gerais, notadamente quando necessárias à tutela de direitos fundamentais, e o sigilo como regra

excepcional. Ainda assim, a postura ordinária — quanto à frequência e quanto à qualidade — de órgãos e servidores públicos leva a crer que o legislador malhou em ferro frio.

No romance *O Diabo Mesquinho*, do escritor russo Fiódor Sologub,

o personagem central é a figura mesquinha do professor de escola pública Peredónov. O livro aborda questões relacionadas ao exercício da autoridade e ao funcionalismo público, sempre permeadas pelas ironias e desprezos do autor por aquelas tristes figuras humanas. Deveria ser leitura obrigatória no serviço público jaboticabeiro. Principalmente para uma geração de cabeças de apostilas que os bons cursos preparatórios vêm alçando a importantes cargos jurídicos.

Recentemente, recorri à Lei n.º 12.527/2011 para obter informações em órgãos da administração pública

federal. De forma quase unânime, as solicitações foram tratadas com má vontade e desprezo pela lei. Na Receita Federal, por exemplo, indeferiram um pedido sob o fundamento do sigilo fiscal. Ao reconhecerem, posteriormente, que se tratava de um processo administrativo comum, o assessor que o engavetara escreveu solenemente: “Propõe-se responder que não

consta decisão sobre o pedido, assim como não constam razões da não apreciação e julgamento”. Uma pérola daquelas que, por dever de civildade e de probidade, não deveria ser oferecida nem aos miseráveis suínos do adágio popular. Mas coisas piores



ainda estariam por vir. O abcesso da negativa de acesso a informações revelaria sua faceta mais inflamada em importante órgão jurídico federal.

Pretendi ter acesso a mensagens enviadas ou recebidas em endereços eletrônicos (e-mails) institucionais, disponibilizados pela administração pública para uso oficial,

que tivessem tratado, exclusivamente, de questões referentes a processos administrativos dos quais sou parte ou interessado. Documentos que, em respeito aos princípios da transparência, da honestidade e da publicidade, deveriam ser juntados aos autos por ato de ofício das autoridades competentes.

A peça inicial do pedido fez remissão ao artigo 5.º, XXXIII, da Constituição, regulamentado pela Lei n.º 12.572, e à Lei n.º 8.112/90, por ser esta o estatuto do servidor público federal. E registrou, mesmo sem necessidade, que as informações serviriam para subsidiar “questões a serem suscitadas na defesa, que exigem conhecimento pleno de toda a tramitação do processo, incluídos os atos oficiais, formais e informais praticados na condução do feito”. A partir dessa simples observação, instalou-se o abcesso denegatório. Os argumentos construídos para indeferir o pedido honrariam o nobre professor Peredónov. Os melhores foram: i) não demonstrou a pertinência do pedido; ii) o pedido deveria ser feito à comissão; iii) não cabem mais atos de defesa e o pedido está atrelado ao “tema do direito à prova”; e iv) deseja converter em investigado o agente público que tenha atuado em processos de seu interesse.

**Os dois dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) contemplam, com perfeição, toda vontade do legislador: publicidade e acesso à informação como regras gerais**

O direito de acesso a informação pública não sigilosa é absolutamente desvinculado da demonstração de pertinência do pedido. Efetivamente, os servidores públicos, Advogados inclusive, permanecem encadeados pelas luzes transparentes da Lei n.º 12.572/11. Talvez por isso não enxergaram ainda que o parágrafo 3.º, do seu artigo 10, veda, expressamente, quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Por outro lado, o titular do endereço eletrônico (e-mail) institucional é o órgão público, e não simples comissões temporárias. A titularidade pública dos e-mails oficiais é pacífica, como bem registrou a Ouvidoria-Geral da União: “As caixas postais do correio eletrônico administradas (...) são de propriedade da Presidência da República” (Norma VIII – 101). Portanto, o pedido, obrigatoriamente, há de ser dirigido ao dirigente do órgão ou do setor que forneceu o endereço eletrônico, e não aos eventuais usuários.

O fato de o pedido estar supostamente “atrelado ao tema do direito à prova” (seja lá o que isso signifique) e as informações não mais servirem ao exercício do direito de defesa também não são argumentos idôneos para se negar, ao solicitante, informações sobre documentos referentes a processos de seu interesse.

Quanto à possibilidade de “converter em investigados servidores públicos que atuaram nos processos” objetos do pedido, parece mais um caso “atrelado ao tema” do dever de superintendência. Se o usuário de endereço eletrônico institucional “emprestado” pela administração pública, para uso oficial, utilizou-se desse instrumento de trabalho para prática de ato ilícito, a responsabilidade de investigar é da autoridade de hierarquia superior, sob pena de condescendência criminosa, e não do administrado postulante da informação. Ou talvez seja um caso de paranormalidade: a autoridade,

investida de poderes sobrenaturais, adentra a mente do pedinte para auscultar suas íntimas intenções. Se constatar que pretende “denunciar” algum agente público, nega-lhe o pedido. Estranhos tempos!

Por outro lado, julgam inaplicáveis as disposições da Lei n.º 12.527 quando a petição não se referir, expressamente, àquela norma legal, e não for feita por meio do Sistema de Informação ao Cidadão. Definitivamente, o legislador da LAI não tem sorte quanto à obediência aos seus mandamentos. Bastaria aos hermeneutas ler a cabeça

***É verdade que o sigilo profissional protege indistintamente a todos os Advogados, inclusive os Advogados Públicos. Mas exclusivamente quando no exercício de suas funções de Advogado. Fora das atribuições privadas, não***

do seu artigo 10 para entender que o administrado pode peticionar por qualquer meio legítimo. Ao que consta, não deslegitimaram, ainda, o papel.

Argumenta-se, ainda, que a administração pública deve negar acesso ao conteúdo de mensagens oficiais, enviadas ou recebidas em e-mails institucionais, porque nenhuma lei ou norma regulamentar impõe expressamente o fornecimento de tais documentos públicos. Obviamente, o entendimento é improbo, por violação do dever honestidade — no caso, honestidade moral e intelectual — e de lealdade às instituições de que trata o artigo 11 da Lei n.º 8.429/1992. Ainda assim, há quem assente morada em exegeses da espécie.

O artigo 4.º, *caput* e inciso I, da Lei de Acesso à Informação define como documento público toda e qualquer unidade de informação, independentemente do meio ou formato que a contenha. Negar às mensagens que trataram de assuntos institucionais, enviadas ou recebidas em e-mails de propriedade da administração pública, a natureza de documento público, é negar vigência à lei, o que parece não ter sido autorizado aos servidores públicos, ainda que Advogados federais.

A Controladoria-Geral da União tem entendimento muito claro a respeito da questão: “Não constitui afronta à primeira parte do art. 5.º, XII, CF o uso das informações contidas no e-mail institucional do servidor, não se justificando a alegação de preservação de intimidade. Isso se justifica em razão de o e-mail corporativo ter seu uso restrito a fins do trabalho, o que confere à Administração o acesso a ele ou o seu monitoramento, sem que seja necessária autorização judicial” (Manual de Processo Administrativo Disciplinar: 10.3.18.5). Também é o que sustenta a Ouvidoria-Geral da União: “O email (.gov.br) não é considerado uma correspondência pessoal, mas uma comunicação institucional. Portanto, um documento público, como de fato prevê a LAI ao dispor claramente que são documentos as unidades de informação produzida sob qualquer formato”.

Outro novíssimo argumento para negar acesso a mensagens trocadas via e-mails institucionais, pertencente à administração pública, é o “sigilo profissional”, quando o usuário do endereço for Advogado (Lei 8.906, de 4/7/1994, artigo 7º, inciso II). É verdade que o sigilo profissional protege indistintamente a todos os Advogados, inclusive os Advogados Públicos. Mas exclusivamente quando no exercício de suas funções de Advogado. Fora das atribuições privadas, não.

A Lei n.º 8.906/1994 define,

precisamente, quais são as atividades privativas da advocacia: “a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais e as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas” (artigo 1.º, I e II). O que não inclui, obviamente, a troca de mensagens ocultas do interessado, por meio de endereços eletrônicos da administração pública disponibilizados a servidores públicos. Sejam eles Advogados ou não.

É verdade que o inciso II do artigo 2.º da Lei n.º 8.906/1994 prevê a inviolabilidade do escritório e do local de trabalho do Advogado, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia. Porém, a leitura conjugada dos artigos 1.º e 2.º só permite uma conclusão: são absolutamente invioláveis a correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática do

Advogado relativas ao exercício da advocacia, cujas atividades privativas são, exclusivamente, aquelas especificadas no próprio artigo 1.º Estatuto da Advocacia.

Por mais nobres que sejam as funções nos órgãos de correição e nas comissões disciplinares, as atividades ali exercidas não são privativas de Advogado. Basta uma olhada na Lei Complementar 73/1993, que rege a Advocacia Pública Federal, e no artigo 149 da Lei n.º 8.112/90, no qual consta apenas a exigência de que os órgãos instrutores sejam compostos de “servidores estáveis e o presidente ocupe cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou tenha nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado”. Não se trata, pois, de atividade privativa de Advogado a atrair a cláusula de inviolabilidade do artigo 7.º do Estatuto da Advocacia.

Extravagante, também, o recurso à suposta natureza sigilosa do

processo disciplinar para justificar a negativa de informações ao próprio interessado. Efetivamente, o papel aceita tudo. Mas emprestar o caráter sigiloso do processo disciplinar às mensagens ocultas enviadas e recebidas de endereços eletrônicos pertencentes à administração pública margeia perigosamente a ilicitude. Ainda que o defensor da tese seja um Advogado público albergado em imunidade momentânea.

Como disse um velho professor cearense à mulher, que aguardava ansiosa pela sua avaliação de pai e jurista quanto ao desempenho do filho na primeira defesa deste perante o tribunal do júri: “Vai fazer muito sucesso, querida. Tem coragem de falar insanidades que eu jamais falaria.” Assim como hermeneutas de locação, que também são dotados de muita coragem. E quase nenhum senso.

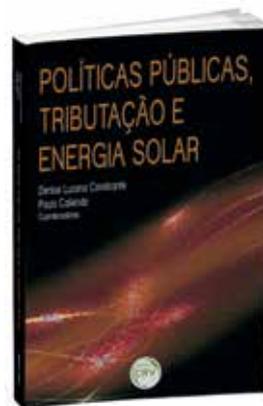
*\*Procurador da Fazenda Nacional*

## PFN coordenou obra coletiva sobre Políticas Públicas, Tributação e Energia Solar

O livro foi lançado durante o VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, realizado em Fortaleza, CE, nos dias 30 de novembro e 1.º de dezembro, e é o resultado do trabalho do Grupo de Pesquisa em Tributação Ambiental (GTA/UFC-CNPq), em conexão com a Rede de Pesquisa sobre Tributação e Energias Renováveis, com a participação de professores de diversos programas de Pós-Graduação no País (UFC, UNI7, PUC/RS, PUC/PR, UFPR, UFRS, PUC/SP, UNB) e de outras universidades estrangeiras. Quem explica é a Procuradora da Fazenda Nacional Denise Lucena Cavalcante, Pós-doutora pela Universidade de Lisboa, Doutora pela PUC/SP, professora de Direito Tributário e Financeiro da graduação e pós-graduação (UFC/UNI7) e líder do GTA-CNPq.

A obra, produzida pela Editora CRV, conta com artigos dos membros do grupo de pesquisa e demais convidados do setor da indústria solar, apresentando uma visão ampla e esclarecedora sobre a complexidade da área, abordando as perspectivas para a sua consolidação, bem como identificando os principais problemas nesta fase inicial da efetivação da energia solar no país.

Ela tem o necessário caráter multidisciplinar em busca do conhecimento de toda a cadeia produtiva da energia, tratando desde a matéria-prima para a produção dos painéis solares fotovoltaicos aos pro-



blemas decorrentes da distribuição e transmissão da energia ao consumidor final. Os temas abordados vão da garimpagem do quartzo para produção do silício grau solar à edificação das obras sustentáveis.

A visão panorâmica do desenvolvimento da energia solar no contexto brasileiro é propiciada por convidados profissionais de várias áreas, entre eles, geólogos, economistas, arquitetos, empresários e engenheiros-eletricistas. No campo jurídico, foram convidados especialistas em direito econômico, ambiental, empresarial, tributário e financeiro.

## PFN aposentado, ele vivenciou de perto a História recente do Brasil



José Frejat

**C**hegar aos 93 anos com total lucidez, excelente memória e disposição para o trabalho diário em um escritório de Advocacia é privilégio de poucos. Podemos até arriscar, pouquíssimos. Entre estes está o Advogado e Procurador da Fazenda Nacional aposentado José Frejat. Casado desde 1961 com a também Advogada Léa, José Frejat tem dois filhos, Roberto e Mauro, “que nos dão muita alegria”. São seis os netos, dois de Roberto e quatro de Mauro. “Todos lindos”, faz questão de frisar. Os filhos seguiram caminhos distintos: Roberto Frejat ingressou na Universidade, mas desistiu em favor da música – integrou a banda Barão Vermelho, junto com Cazuza, e hoje segue carreira sozinho. Mauro concluiu as faculdades de Economia e de Direito e é servidor federal. O lado artístico da família vem de longe: “Minha irmã Moema tocava bandolim, era letrista e compositora, com participação ativa em festas populares e religiosas e encenava peças teatrais. Minha irmã Jamila era pintora e fazia trabalhos manuais. Tínhamos na sala, em Floriano, alguns quadros dela”, conta José Frejat, que gentilmente concedeu à RJF a entrevista a seguir.

### O senhor pode falar um pouco sobre suas origens?

Nasci na cidade marítima de Cururupu, MA, em 1924. Aos seis anos, nossa família mudou-se para Floriano, no Sul do Piauí, às margens do Rio Parnaíba, que separa o Piauí do Maranhão, onde passei parte de minha infância e a juventude, soltas e alegres. Em Floriano, estudei no Grupo Escolar Agrônomo Parente e no Instituto Santa Terezinha. Graças ao admirado educador e Promotor Público Manuel Sobral Neto, Floriano passou a ter um Ginásio, Ginásio Santa Terezinha, onde estudei.

Meus queridos pais, João e Adélia, tiveram 14 filhos, sete homens e sete mulheres. Sou o oitavo. Só restamos três: Jofran, o caçula, médico em Brasília, ex-secretário de Saúde do DF, deputado federal por quatro legislaturas e também candidato a governador do DF; e Merinalva, assistente social, moradora de Maricá, RJ, ambos mais jovens que eu. Meus pais, brasileiros naturalizados, cristãos ortodoxos da

Síria, chegaram ao Brasil em 1911, fugindo dos exércitos turcos muçulmanos, que incorporavam à força, a seu exército, todos os jovens dos países dominados. Minha mãe, 14 filhos, nunca teve babá. Cuidava dos filhos e ainda ajudava na loja. Uma heroína. Faleceu no Rio, aos 93 anos. Meu pai, aos 70. Era pequeno comerciante.

### Como se deu sua mudança para o Rio de Janeiro, cidade onde o sr. reside até hoje?

Concluí o Ginásio em Floriano, mas lá não havia 2.º grau. Nossos pais concordaram com a proposta de prosseguirmos os estudos no Rio de Janeiro, eu e meu irmão Ézer. Aqui já se encontrava Adolfo, o quinto filho, que veio a concluir o curso de Ciências Sociais na PUC-Rio. Chegamos ao Rio em 24 de janeiro de 1944 e fomos morar em uma modesta pensão na Rua Santo Amaro, 42, ao lado do *High Life*, Catete. Estudávamos no Colégio Pedro II e à noite fazíamos o Tiro de Guerra, no Clube de Regatas Flamengo.

### Quando e onde o sr. cursou direito e como começou sua atuação no movimento estudantil?

Concluído o 2.º grau (clássico) em 1946, inscrevi-me no vestibular (1947), na então Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Faculdade Federal de Direito da UFRJ. Aprovado, integrei o grupo fundador da Reforma. Vitoriosa a chapa da Reforma, fui indicado como representante de turma. No segundo ano, integrei a Diretoria do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), como 2.º Secretário. No terceiro ano, a Reforma contornou minha resistência e me indicou candidato a presidente. Eleito, lutamos pela melhoria do ensino e por democracia. Foi criado o curso noturno e ganhamos o segundo vestibular. Conseguimos que a Reitoria mandasse instalar restaurante para oferecer almoço a preço popular. Ampliamos o departamento de edição de apostilas com cópias taquigráficas das aulas, vendidas aos alunos a preço de custo.

Eram famosas. O CACO mantinha o jornal *Crítica* e a revista *Época*, além de modesta biblioteca jurídica. Ocupávamos todo o andar térreo do velho prédio do antigo Senado, na Rua Moncorvo Filho, hoje Praça do CACO.

### **Que outras recordações o sr. tem desse período?**

As eleições do CACO eram acirradas. A Faculdade, assim como a cidade, estava dividida. Metade votava com a Reforma, metade com a ALA, movimento conservador. A vitória era sempre por pouca diferença.

Fui reeleito. A divisão política no país recrudescia; Getúlio elegera-se Presidente com discursos dirigidos principalmente aos trabalhadores. Tio Sam não gostou. Lacerda e os grandes jornais brasileiros e demais órgãos de comunicação unificaram a campanha contra o governo. Nós, estudantes progressistas, sofríamos as consequências.

Certo dia, anterior à minha gestão, houve manifestação dos estudantes em frente à Faculdade e a polícia foi acionada. Lá chegando, chefiada por um tenente da Polícia Militar, a porta do prédio foi fechada; o então diretor, Prof. Pedro Calmon, desceu ao térreo e entreabriu a porta para falar ao tenente: “Meu filho, aqui só se entra com vestibular.”

Terminado o meu segundo mandato, fomos derrotados na eleição com nosso candidato Euclides Cardeal, que era o diretor do departamento de edição das apostilas.

Nosso noticiário do CACO era diário no então matutino *Diário de Notícias*, que mantinha uma página inteira para o noticiário estudantil. No final de uma dessas notas registramos no “Noticiário do CACO” que, das 23 cátedras existentes na Faculdade, 11 professores catedráticos estavam fora, em vilegiatura pelas Europas... No dia seguinte, recebo um telefonema do ex-diretor da Faculdade e agora Reitor da UFRJ, Prof. Pedro Calmon, convidando-me para almoço. Fomos sentando e ele exibiu o recorte do jornal com a nota do CACO. “Meu

filho, você não podia publicar isso. O Presidente (Vargas) me chamou a Palácio por causa dessa nota.”

Fui depois eleito presidente do Diretório Central de Estudantes da UFRJ, com assento no Conselho Universitário composto por todos os diretores de Faculdade. Nessa condição, juntamente com o CACO e os Diretórios de Engenharia e Medicina, lutamos pela aprovação de emenda do então senador Benjamin Farah dispondo sobre a gratuidade de ensino na Universidade, o que foi aprovado. Nesse interregno, Rogê Ferreira (SP) renunciou à presidência da UNE, em 51, e fui eleito pela quase totalidade das Uniões Estaduais de Estudantes para substituí-lo.

É bom ressaltar que, de todos os governantes, o presidente Dutra foi o mais feroz perseguidor dos movimentos democráticos e da ação dos estudantes. Seu ministro da Educação, Clemente Mariani (BA), mandou fechar a UNE porque esta hasteara a bandeira da luta contra o colonialismo. Isso ocorreu na gestão de Rogê Ferreira, estando no exercício da presidência o vice, Celso Medeiros, presidente do CACO antes de mim.

Foi no movimento estudantil que eu aprendi o que é cidadania. Talvez eu continuasse a ser um alienado politicamente, como milhões de brasileiros que, com seu alheamento da política, permitiram que chegássemos ao fundo do poço. Mas ainda há esperança. Nosso povo saberá reagir nas próximas eleições, para banir os grupos mafiosos instalados nos três Poderes.

### **O sr. trabalhou na Imprensa Nacional, não é isso?**

No Pedro II e na Faculdade eu trabalhava e estudava. Trabalhei 29 anos no Departamento de Imprensa Nacional (DIN) como revisor de textos, aprovado em concurso do antigo DASP, com início às 22h e término no fim do serviço. Como Advogado, atuei na área cível. Em 1959, concluí na Fundação Getúlio Vargas o Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública (dois anos).

### **Consta que o sr. continuou participando dos movimentos democráticos.**

Sim. Um deles foi a luta pelo monopólio do petróleo. Fui secretário-geral do Movimento Nacionalista Brasileiro, promovendo campanha



**Dr. Frejat discusando em manifestação da ABI em favor da Petrobras**

contra a invasão de capital forâneo em certos setores. Nesse sentido, promovemos uma grande passeata até o Palácio do Catete – Juscelino era o Presidente – em defesa da Indústria Nacional e contra o capital estrangeiro parasitário. Juscelino mandou entrar dois representantes. Aparecemos na sacada do Palácio, ao lado do Presidente; Lúcio Abreu e eu, e dirigimos algumas palavras sobre o nosso objetivo. Ao ingressarmos no jardim do Palácio, verificamos a presença de grupos de militares com metralhadoras colocadas atrás de árvores.

Frequentei assiduamente o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado no Governo Juscelino, onde pontificavam Roland Corbisier, presidente; Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Inácio Rangel, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e outros. O ISEB foi fechado pela ditadura militar e muitos de seus dirigentes tiveram seus direitos políticos suspensos e foram exilados. Quantos anos de atraso?

### **E sua passagem pela Eletrobrás?**

Com a renúncia-golpe de Jânio Quadros, João Goulart assumiu. O novo Presidente convidou o deputado federal Gabriel Passos (UDN-MG) para Ministro das Minas e Energia. Fui por este convidado para a Assessoria Parlamentar em Brasília, ainda poeirenta, onde fui morar, já casado com a Advogada Léa (1961). Desejando retornar ao Rio, o Ministro me ofereceu a Subchefia de seu Gabinete nessa cidade. Com a fundação da Eletrobrás, fui designado assistente-chefe de Administração da empresa.

Com o Golpe Militar de 1.º de abril de 64, fui demitido da Eletrobrás com outros servidores, pelo Ato Institucional n.º 1, sem perda dos direitos políticos. Fui chamado a depor perante três Comissões Gerais de Inquérito criadas pelo governo militar, mas sobrevivi ileso. Como estava requisitado do DIN, bati o cartão no antigo horário de trabalho e lá continuei até 1977.

### **Quando o sr. ingressou na Procuradoria da Fazenda Nacional?**

Em 1977 fui chamado a assumir o cargo de Procurador da Fazenda Nacional (concursado), onde passei a ganhar, acreditem, menos do que ganhava como revisor!

No dia seguinte à minha posse, agentes do SNI vieram à Procuradoria e disseram ao Procurador-Chefe que eu não podia assumir o cargo, pois fora eu atingido pelo AI-1. O Procurador respondeu que eu já assinara o termo de posse no dia anterior e já estava trabalhando. “Rasga o

---

## ***A correção do Procurador, que se socorreu da posse coletiva, me salvou do corte arbitrário. Fui lotado no setor de imóveis da União. Ao me aposentar, em 1992, ocupava a Chefia-Geral da Procuradoria da Fazenda Nacional (RJ e ES)***

---

termo de posse”, ordenou um dos agentes. “Não posso”, respondeu o Procurador. “Dei posse a 11 Procuradores em termo coletivo assinado por todos.” A correção do Procurador, que se socorreu da posse coletiva, me salvou do corte arbitrário. Fui lotado no setor de imóveis da União. Ao me aposentar, em 1992, ocupava a Chefia-Geral da Procuradoria da Fazenda Nacional (RJ e ES). Fui vice-presidente de nosso Sindicato na gestão fecunda e brilhante do Procurador A.J.Meier, principal articulador da criação do Sindicato. Pertencço ao IAB e integrei o Conselho Federal da OAB, quando participei de vários congressos nacionais de Advogados.

Fui relator na OAB-RJ das sugestões à Constituição de 1988.

### **Como começou sua carreira política?**

Em 1965, convidado pelo Prof. Bayard Boiteux, então secretário-geral do PSB, ingressei no Partido e me candidatei a vereador carioca. Fiquei como 1.º Suplente. Em 1962, candidatei-me a deputado estadual Constituinte. No entanto, 1.º Suplente.

Em 1976, candidatei-me a vereador pelo PMDB e fui eleito. Fui o único vereador que rejeitou automóvel. Dediquei-me à defesa do meio ambiente, assunto ainda tabu na política, e a propostas que facilitassem a vida de pessoas com carências físicas. Um desses meus projetos previa a construção de rampas nos novos edifícios, para facilitar a vida dos cadeirantes. O prefeito Marcos Tamoio o vetou, alegando ser “contra o interesse público”. Coincidência trágica: no dia em que os cadeirantes me prestavam singela homenagem em frente à Câmara dos Vereadores, o Salão Nobre abrigava o caixão mortuário do prefeito Tamoio. Fui um dos primeiros políticos com mandato a arriscar-se a falar em anistia, vigente o AI-5.

Extintos os partidos, só restaram PMDB, de cuja fundação participei, e Arena. Candidato a deputado federal em 1966, o SNI impugnou minha candidatura, alegando que eu fora punido pelo AI-5. Fui derrotado no TRE-RJ, apesar do voto favorável do Relator. E vitorioso no STE, mas a decisão chegou no sábado e a eleição era domingo, impossibilitando minha propaganda. Sou um dos fundadores do PDT, pois não queria permanecer no partido do governador Chagas Freitas (RJ), aliado da ditadura

### **Em 1978 o sr. chegou à Câmara Federal, certo?**

Permaneci dois anos como vereador e candidatei-me em 1978 a deputado federal, com sucesso. Continuei a luta contra a ditadura, sempre com a espada de Dâmocles sobre a cabeça.

### O que pode ser destacado em sua atuação parlamentar?

É minha a proposta de criação da Comissão de Meio Ambiente e o projeto de lei sobre direitos trabalhistas de empregada doméstica. Meu PL n.º 344/79, proibindo o engaiolamento de pássaros silvestres, repercutiu em todo o país. Recebi carta de apoio do *Greenpeace* apoiando meu trabalho.

Fui eleito 4.º Secretário da Mesa (gestão Ulysses Guimarães), integrei diversas comissões (Justiça, Minas e Energia, Economia, Relações Exteriores, e fui vice da Comissão de Saúde). Organizei e presidi, na Câmara, vários simpósios (Constituinte em Meio Ambiente, Energia Nuclear e Desarmamento, Segurança e Medicina do Trabalho). Fui vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, delegado ao Congresso do Parlamento Europeu (Bruxelas, 1983), chefe da Delegação Brasileira à Assembleia Extraordinária do 19.º Parlamento Latino-Americano (Uruguai, 1985). Votei na Emenda Dante de Oliveira e na eleição de Tancredo Neves. Recebi a comenda de Oficial da Ordem do Congresso Nacional. Apresentei mais de 200 projetos de lei e fiz mais de 500



Em 1978, José Frejat foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde, entre outras iniciativas, criou a Comissão de Meio Ambiente

pronunciamentos, de que resultaram os livros: *Alternativas Sociais*, *Quebrando Pedras*, *Ao Lado do Povo*, *Em Defesa dos Trabalhadores*, *Em Defesa do Meio Ambiente*. Antes, publiquei a pesquisa *Capital Estrangeiro Parasitário*.

### Atuou também como jornalista?

Sim. Mantive por anos a coluna “Brasilianas” no Jornal *O Semanário*, do saudoso e brilhante Osvaldo Costa, assumindo ainda a função de redator-chefe. Com a edição do ameaçador AI-5, em 1965, o jornal não teve mais condição de ser editado.

### Ainda é filiado a algum partido político?

Hoje estou filiado à Rede, com a Marina.

### Depois de ter presenciado tantos momentos importantes da História recente do Brasil, como o sr. avalia a situação atual do país?

As elites do nosso país não pensam no povo, que precisa se conscientizar e organizar. Sem participação do povo na política, o avanço democrático é difícil. As elites não têm interesse na educação e conscientização de nosso povo. Daí o descalabro em que nos encontramos. Mas tenho certeza de que a Lava Jato se espraie e ganhe o país. Nem o vento ajuda quem não sabe aonde ir. Ou nos juntamos ou nos desconjuntamos.

## Procuradores da Fazenda Nacional aposentados no período de 1.º de janeiro a 1.º dezembro de 2017

NOME	APOSENTADORIA
WELGER BRITO DAS NEVES	01/02/2017
KATIA APARECIDA ZANETTI DE LIMA	01/03/2017
ADSON AZEVEDO MATOS	03/04/2017
ELSO DO COUTO E SILVA	03/04/2017
SERGIO MURILO ZALONA LATORRACA	03/04/2017
MARCO ANTONIO BOITEUX ALVAREZ	17/04/2017
ANELY MARCHESANI PEREIRA	24/04/2017
ADEMAR PASSOS VEIGA	28/04/2017
JOSE PEDRO DE ALENCAR PARREIRAS HORTA	02/05/2017
ADEMAR YOSHIAKI HUZIOKA	12/05/2017
MARIO JORGE PHILOCREON DE CASTRO LIMA	01/06/2017
VALERIA SAQUES	01/06/2017
MARIA JOSE OLIVEIRA LIMA ROQUE	02/06/2017
CENILDES NASCIMENTO PEREIRA	04/08/2017
ADRIANO CESAR KOKENY	08/08/2017
MARIA JOSE DO NASCIMENTO	01/09/2017
CARLOS ALBERTO MEDEIROS COELHO	15/09/2017
ANTONIO DE MOURA BORGES	29/09/2017
LUZIA BESEN	01/11/2017
AMADOR GILBERTO CASSIANO	08/11/2017

# Girando o *anel de Giges*: A (in)visibilidade dos tributos no Brasil

**Denise Lucena Cavalcante\***

**“G**iges era um pastor que servia em casa do que era então soberano da Lídia. Devido a uma grande tempestade e tremor de terra, rasgou-se o solo e abriu-se uma fenda no local onde ele apascentava o rebanho. Admirado ao ver tal coisa, desceu por lá e contemplou, entre outras maravilhas que para aí fantasiam, um cavalo de bronze, oco, com umas aberturas, espreitando através das quais viu lá dentro um cadáver, aparentemente maior do que um homem, e que não tinha mais nada senão um anel de ouro na mão. Arrancou-lho e saiu. Ora, como os pastores se tivessem reunido, da maneira habitual, a fim de comunicarem ao rei, todos os meses, o que dizia respeito aos rebanhos, Giges foi lá também, com o seu anel. Estando ele, pois, sentado no meio dos outros, deu por acaso uma volta ao engaste do anel para dentro, em direção à parte interna da mão, e, ao fazer isso, tornou-se invisível para os que estavam ao lado, os quais falavam dele como se tivesse ido embora. Admirado, passou de novo a mão pelo anel e virou para fora o engaste. Assim que o fez, tornou-se visível. Tendo observado estes fatos, experimentou, a ver se o anel tinha aquele poder, e verificou que, se voltasse o engaste para dentro tornava-se invisível; se

o voltasse para fora, visível. Assim senhor de si, logo fez com que fosse um dos delegados que iam junto do rei. Uma vez lá chegando, seduziu a mulher do soberano, e com o auxílio dela, atacou-o, e dessa maneira tomou o poder.” (Platão, A República).

A falta de informação dos tributos incidentes no preço final das mercadorias e dos serviços pagos pelo cidadão-contribuinte subtrai do olhar público o montante dos valores que se destina ao Estado. O não conhecimento da receita pública implica diretamente a fragilidade do controle social.

Historicamente, a cobrança dos tributos sempre foi tema de resistência social. No Brasil, a relação fiscal é tensa e com insatisfação recíproca. O contribuinte alega que paga muito e o Estado reclama que recebe pouco. Em tempos de crise, a reação social tende a ser mais forte, uma vez que os reflexos das dificuldades estatais passam a ser sentidos diretamente no bolso do cidadão, não só pelo aumento dos preços, mas também pelo acréscimo e criação de novos tributos.

É preciso rever o peso da velada tributação regressiva sobre o consumo, principalmente sobre os produtos de primeira necessidade, que atinge os cidadãos mais



necessitados, gerando uma grande injustiça social. A regressividade é consequência da anomalia dos sistemas tributários, causando pressão fiscal nos cidadãos mais carentes e, o que é pior, sem que eles sequer tenham conhecimento do alto preço que pagam, sendo

uma tributação imperceptível e que avança à revelia da consciência coletiva.

Na mesma proporção do poder estatal de tributar, há o poder do cidadão de fiscalizar, uma ação própria do controle democrático. Norberto Bobbio afirma que não existe democracia sem opinião pública, sem a formação de um público que pretenda ter o direito de ser informado<sup>1</sup>. Não restam dúvidas de que o controle social do poder de tributar depende da informação dos tributos incidentes sobre todas as formas de consumo.

A falta de controle da tributação direta é sintoma do mau funcionamento do sistema tributário<sup>2</sup> e tende a aumentar a tributação velada sobre o consumo, bem mais fácil do ponto de vista da técnica fiscal, onerando ainda mais os bens e os serviços. A opção estatal pela tributação sobre o consumo parte de um dado empírico: é mais difícil sonegar, ao contrário do que ocorre com a tributação incidente sobre

1 BOBBIO, Norberto. Democracia e segredo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2015, p. 41.

2 BERLIRI, Luigi Vittorio. El impuesto justo. Tradução do original La giusta imposta (1945) por Fernando Vicente-Arche Domingo. Madri: Instituto de Estudios Fiscales, 1986, p. 260.

a renda e o patrimônio<sup>3</sup>. Aqui se constata a velha regra do ministro das Finanças do Rei Luis XIV, Jean Colbert<sup>4</sup>: “A arte da tributação consiste em depenar um ganso de tal maneira que se obtenha o maior número de penas com o menor número possível de grasnidos.”

O início do processo de conscientização fiscal deve, portanto, iniciar com a transparência e ampla divulgação de todos esses dados. A informação é essencial para o efetivo controle social. A Era da transparência fiscal exige a utilização de condutores eficientes para a compreensão das informações estatais e conhecimento de todas as exações incidentes sobre o preço pago e os valores transferidos ao Estado.

Assim prevê o art. 150, § 5.º, da Constituição da República Federativa do Brasil:

*Art. 150. [...].*

*§ 5.º – A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.*

Este artigo foi regulamentado pela Lei n.º 12.741/2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços. Apesar de essa lei vigorar desde janeiro de 2015, muitos estabelecimentos ainda hoje não destacam em seus produtos e serviços os valores dos tributos. É preciso, contudo, reconhecer que referida lei é um marco

nos rumos da transparência fiscal no Brasil. Queremos crer que o processo que se instaurou seja sem retorno e cada vez mais expansivo; afinal, a transparência é um dos instrumentos mais importantes do Estado Democrático de Direito e, talvez, um dos meios mais eficazes de recuperação da confiança no Estado e consolidação da consciência fiscal, pois, somente conhecendo as receitas e as despesas estatais é possível acompanhar e controlar a aplicação do dinheiro público. Como bem afirmou Tony Judt, a falta de confiança é claramente inimiga de uma sociedade bem conduzida.

Somente com a informação nas mãos dos cidadãos é que se pode exercer o controle das contas públicas. Desta forma, conhecer o que está por trás do sistema tributário atenta diretamente à vida de qualquer brasileiro. A informação deve ganhar mais espaço no campo tributário para deixar de ser algo meramente técnico e se transformar em um princípio de informação tributária.

É preciso estabelecer mecanismos eficientes para que seja identificado o papel da informação no Direito Tributário e como a publicidade se materializará e poderá

contribuir para a justiça tributária e, conseqüentemente, para a justiça social. A meta é colocar luz diante da informação e contribuir com o aprimoramento do sistema tributário brasileiro.

Insistimos no reforço da ideia de que é preciso ampliar o foco da discussão, partindo dos tributos para as finanças públicas; do desconhecimento para a consciência fiscal; da inércia para a ação.

A reflexão moral de Platão enfatiza que os comportamentos

não monitorados tendem a gerar más condutas. Os gestores do dinheiro público, os comerciantes e os prestadores de serviços não podem ter o mesmo poder de Gíges e ocultar seus atos e tributos. O sistema tributário exige transparência, tanto em relação às receitas, como em relação às despesas. Passa da hora de o Brasil girar o

anel de Gíges e tornar visível toda a incidência tributária que recai sobre os bens e serviços.

***A informação deve ganhar mais espaço no campo tributário para deixar de ser algo meramente técnico e se transformar em um princípio de informação tributária***

***\*Pós-doutora pela Universidade de Lisboa. Doutora pela PUC/SP. Professora de Direito Tributário e Financeiro da graduação e pós-graduação – UFC/FA7. Procuradora da Fazenda Nacional***

3 TIPKE, Klaus. Moral tributaria del Estado y de los contribuyentes. Trad. Pedro Herrera Molina, Madrid: Marcial Pons, 2002, p. 44.

4 STIGLITZ, Joseph E. Sobre a liberdade, o direito de conhecer e o discurso público: o papel da transparência na vida pública. SANTI, Eurico et al. Transparência fiscal e desenvolvimento: estudos em homenagem ao Professor Isaias Coelho. São Paulo: FiscoSoft; Thompson Reuters, 2013, p. 51.

5 JUDT, Tony. Um tratado sobre nossos actuais descontentamentos. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 75.

## SINPROFAZ entregou premiação aos senadores escolhidos pelo voto popular

**E**m sua décima edição, o Prêmio Congresso em Foco reuniu no dia 19 de outubro, em Brasília, os parlamentares que se destacaram este ano na avaliação do público, de um júri especializado e de jornalistas e veículos de comunicação. Assim como nas edições anteriores, somente estiveram aptos ao prêmio deputados e senadores que não respondem a inquéritos ou ações penais no Supremo Tribunal Federal. A intenção do Prêmio, de acordo com seus organizadores, é valorizar os bons exemplos no Congresso e combater a ideia de que todos os parlamentares são ruins.

Apoiador da iniciativa, o SINPROFAZ foi representado na solenidade de premiação pelo presidente, Achilles Frias, pelo vice-presidente, Juscelino Ferreira, e pelos diretores Iolanda Guindani, José Ernane Brito, Giuliano Menezes, Rodrigo Mellet, Roberto Rodrigues, André Campello, Antônio Guedes,



Sérgio Carneiro, Valéria Ferreira e Carlos Alexandre Gomes.

Coube ao presidente do SINPROFAZ premiar os Melhores Senadores eleitos por voto popular, via internet. Os cinco mais votados foram: Randolfe Rodrigues (Rede-AP), quinto mais votado; Álvaro Dias (PODE-PR), quarto mais votado, mas que não pôde comparecer ao evento; Paulo Paim (PT-RS),

terceiro senador mais votado; Ana Amélia (PP-RS), segunda mais votada, e Magno Malta (PR/ES), vencedor da categoria. Além de um certificado, o primeiro colocado recebeu de Achilles Frias um troféu criado especialmente para a décima edição do Prêmio.

Na avaliação do júri, Ana Amélia (PP-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) foram os grandes vencedores no Senado. Os dois terminaram empatados na primeira colocação. Na Câmara, o preferido dos jurados foi o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). Na votação via internet, os vencedores foram o senador Magno Malta (PR-ES) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP). Já os mais bem avaliados pelos jornalistas foram o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e o deputado Chico Alencar (Psol-RJ). Foram validados mais de um milhão de votos via internet. Também participaram da escolha 73 jornalistas de 45 veículos nacionais de comunicação.



### Paulo Paim enfatizou o papel do SINPROFAZ

O senador Paulo Paim foi também escolhido por um júri especializado o parlamentar que mais se destaca na defesa da Seguridade Social. Em entrevista, o presidente da CPI da Previdência afirmou: “Quando o SINPROFAZ dá transparência às informações sobre os grandes devedores, ele cumpre papel importante, contribuindo para o combate à corrupção e à impunidade. É muito bom ver o SINPROFAZ na entrega do Prêmio Congresso em Foco. Neste momento em que se bate tanto nos políticos, é preciso homenagear os parlamentares que têm compromisso com grandes causas e com a construção de um projeto de nação – compromisso que o SINPROFAZ também demonstra ter.”

# As três visões em disputa na eleição de 2018

**Antônio Augusto de Queiroz\***

**N**as eleições gerais de 2018, o eleitor terá de optar por uma das três seguintes visões sobre o papel do Estado: 1) o Estado de bem-estar social, 2) o Estado liberal-fiscal e 3) o Estado penal. Para cada um desses desenhos de Estado haverá candidatos competitivos.

A primeira pressupõe um Estado capaz de garantir diretamente ao cidadão, do nascimento à morte, o fornecimento de bens e serviços, como acesso a saúde, educação e segurança gratuitas, e indiretamente, por meio da regulação, da igualdade de oportunidades para que possa ascender econômica, cultural e socialmente.

O Estado de bem-estar social, produto de concessão do capital como forma de evitar o socialismo no mundo, e, no caso do Brasil, da soberania popular que resultou da Constituinte de 1987/88, vem sofrendo investida e sendo questionado pelas forças de mercado desde a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, sob a alegação de que a crise fiscal não comporta os seus custos.

Os governos Sarney, Collor e FHC tentaram desmontar o Estado de proteção social, mas a eleição do PT interrompeu essa trajetória por 14 anos. Agora essa ofensiva foi retomada com força total pelo governo Temer, o mais efetivo de todos no

desmonte do Estado.

As candidaturas de centro-esquerda e esquerda do espectro político terão como ponto central interromper o desmonte, reverter retrocessos e criar condições para reconstruir o Estado, dando-lhe meios econômicos e políticos para cumprir sua missão, qual seja: a de garantir a dignidade da pessoa humana, com o provimento de bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência e das famílias, como determinam os princípios fundamentais da Constituição de 1988.



***Ou o eleitorado brasileiro analisa o que representa cada uma dessas visões para sua vida e a de seus familiares, ou responderá pelas consequências de uma escolha que represente retrocesso social e no campo dos direitos humanos***

A segunda visão (liberal-fiscal) prioriza o capital, tanto no aspecto do livre mercado e da livre iniciativa, com a completa retirada do Estado da exploração da atividade econômica, quanto na redução de tributos e de regulação para permitir a implementação do capitalismo sem risco e reduzir ou suprimir os serviços públicos e políticas sociais. Trata-se de uma opção político-econômica de cunho essencialmente individualista, e que nega a solidariedade como princípio da ordem social.

Esse, aliás, tem sido o modelo colocado em prática pelo governo Temer, que está utilizando os recursos e os poderes do Estado para favorecer

o capital com a desregulação, de um lado, e reduzir os tributos e os riscos da atividade econômica, desobrigando-o da responsabilidade de atender as demandas da população por serviços públicos gratuitos, de outro. A redução do gasto público é a variável de ajuste que conduziria, nessa noção, à maior

eficiência econômica e, assim, ao crescimento, mas um crescimento que é intrinsecamente excludente e concentrador de renda.

As candidaturas que representam esse modelo excludente e antissocial sairão dos partidos ideológicos da base do governo Michel Temer, ou de novos partidos vinculados ao movimento Renova Brasil, que pretende recrutar, treinar e financiar candidatos comprometidos com o receituário neoliberal e com a agenda do Consenso de Washington.

A terceira visão, a mais nefasta e retrógrada, advoga a prevalência da penalização, da disciplina, da repressão e da criminalização da pobreza sobre as políticas sociais, sobre a tolerância, sobre a paz, sobre a dignidade da pessoa humana. É o Estado policial em detrimento do Estado social.

Representa, na prática, a substituição do Estado provedor, prestador de serviços públicos, por um Estado repressor. É o completo desvirtuamento da razão de existir do Estado, que consiste no combate às desigualdades, regionais e de renda, e na oferta de oportunidades e de acesso a bens e serviços gratuitamente a todos, especialmente aos mais pobres e

necessitados. Um de seus efeitos é o aumento do encarceramento e da repressão criminal, do preconceito e da intolerância, com o condicionamento do exercício de direitos à “conformidade” com a ordem pública, mas com foco nos pobres, nas minorias, nos excluídos, nos que vivem na informalidade e à margem do sistema.

O movimento moralista-justiceiro em curso, especialmente contra a esquerda, tem favorecido o surgimento de candidaturas com perfil autoritário e repressor, de salvador da pátria, de defensor da ordem, da moral e dos “bons” costumes.

Para sintetizar, pode-se dizer que o primeiro modelo de Estado prima pela dignidade do ser humano e pela paz social. O segundo prioriza a venda do patrimônio público, a retirada do Estado da prestação de serviços, a redução do gasto público e a abertura da economia ao capital estrangeiro. E o terceiro faz do aparelho repressor contra os pobres a prioridade do Estado, substituindo a construção de escolas pela construção de presídios.

Essas são as visões em disputa. Ou o eleitorado brasileiro analisa o que representa cada uma dessas visões para sua vida e a de seus familiares,

ou responderá pelas consequências de uma escolha que represente retrocesso social e no campo dos direitos humanos. Debater a visão de mundo e as propostas dos candidatos e de seus grupos de apoio é fundamental para que o eleitor vote de forma consciente, o que pressupõe saber as vantagens e desvantagens de suas escolhas.

*\* Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diap e assessor parlamentar do SINPROFAZ. Texto publicado originalmente na revista eletrônica “Teoria & Debate”*

## Fake news: TSE e Ministério da Defesa firmam parceria para monitorar redes sociais

Durante as eleições americanas de 2016, ficaram famosas as *fake news*, notícias falsas disseminadas por empresas sobre a candidata demo-



crata Hillary Clinton, com o objetivo de favorecer o republicano Donald Trump. Caso semelhante aconteceu na França com o candidato Emmanuel Macron. Preocupados com essa nova realidade, o Tribunal Superior Eleitoral convocou o Ministério da Defesa e as Forças Armadas para monitorar redes sociais em busca de notícias falsas durante as eleições de 2018.

Na avaliação do ministro substituto do TSE Luis Felipe Salomão, o TSE terá que examinar a questão com

bastante cuidado para não impedir a utilização “proveitosa” que as redes sociais podem gerar para as campanhas, que não poderão ser financiadas por pessoas

jurídicas, fato que acarretará limitações orçamentárias.

Ao mesmo tempo, Salomão analisou que o Tribunal deve estar atento e controlar notícias falsas para que não atrapalhem o pleito ou modifiquem de forma desonesta a vontade do eleitor.

O ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal, destaca a importância da imprensa para esclarecer o grande público, uma vez que, em sua opinião, uma informação possivelmente falsa poderá ser neutralizada por uma verdadeira.

## Senado analisa proposta que acaba com auxílio-moradia nos três Poderes

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 41/2017, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, é fruto de uma iniciativa popular que contou com mais de 600 mil assinaturas de apoio no Portal e-Cidadania, e foi apresentada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O parlamentar defende o fim desse privilégio porque, segundo ele, o apoio popular externa essa vontade. Randolfe Rodrigues ressalta que o auxílio-moradia representa uma despesa de 1 bilhão de reais para a União e há pessoas que não necessitam recebendo o benefício.

Ele lembra que a União dispõe em Brasília de 514 imóveis funcionais para senadores e deputados, e, no caso dos demais Poderes, existem outras alternativas remuneratórias para a manutenção de residências. “É um benefício inadequado em tempos de crise como atualmente”, destaca o senador, lembrando que será necessária a mobilização da sociedade para aprovar a PEC, uma vez que a medida enfrenta forte resistência de parlamentares e de servidores que contam com esse benefício como uma espécie de gratificação. (Com informações do jornalista Joziel Carvalho, programa Conexão Senado. Em 6.12.17)

## Lei de Execução Fiscal Comentada e Anotada para Concursos

Já está nas livrarias o mais novo livro do Procurador da Fazenda Nacional Arthur Moura: a 2.<sup>a</sup> edição, revista, ampliada e atualizada, da obra *Lei de Execução Fiscal Comentada e Anotada para Concursos*. A obra traz o que há de mais recente sobre o tema, inclusive com a abordagem do Novo Código de Processo Civil.

O resultado dessa 2.<sup>a</sup> edição é um novo paradigma, de leitura obrigatória não apenas para quem se prepara para prestar o concurso da PGFN e demais cargos da Advocacia Pública, como também aos profissionais que já atuam na área. Na obra, são detalhadas as diferenças entre o Executivo fiscal fe-



deral, estadual e municipal, as soluções doutrinárias e jurisprudenciais para os pontos controversos e o esclarecimento da aplicação prática e da correta interpretação de todos os dispositivos da LEF.

Arthur Moura é Procurador da Fazenda Nacional desde 2003, com exercício na PSFN de Passo Fundo, RS, na Coordenação de Representação Judicial (CRJ) em Brasília, DF, perante o STJ, e na PSFN Campina Grande, PB. Tem ampla

atuação nas áreas de execução fiscal, cautelar fiscal, grandes devedores e defesa da União. É professor de Direito Tributário e de Direito Financeiro e de curso preparatório para carreiras jurídicas da AGU.

## Análise Econômica do Direito à Elisão Fiscal

O PFN e associado do SINPROFAZ Agostinho do Nascimento Netto lançou, no dia 8 de novembro, o livro *Análise Econômica do Direito à Elisão Fiscal*.

O trabalho, que é fruto de estudos desenvolvidos no âmbito do programa de Doutorado em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), examina o fenômeno da elisão fiscal a partir do diálogo e contribuições, tidas pelo autor como imprescindíveis ao tratamento do tema, entre as Ciências Jurídica e Econômica e das Finanças Públicas.



## Novo Código de Processo Civil Comentado na Prática da Fazenda Nacional

O SINPROFAZ, representado por seu presidente, Achilles Frias, participou da solenidade de lançamento dessa obra, publicada pela Editora Revista dos Tribunais (RT). A cerimônia foi realizada no Supremo Tribunal Federal e prestigiada pelos ministros Luiz Fux, autor do prefácio da obra, e Dias Toffoli, e pela ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon, responsável pelo texto de apresentação do *NCPC Comentado*.

Em discurso durante a solenidade, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller, agradeceu aos mais de 180 PFNs que contribuíram com



o projeto e retribuiu o apoio do SINPROFAZ à publicação da obra.

O Novo Código de Processo Civil Comentado na Prática da Fazenda Nacional teve a coordenação de Cláudio Seefelder, Rogério Campos, Sandro Brandi, Leonardo Rufino e Cristiano Dambros. A equipe pretende dar continuidade ao projeto a partir da publi-

cação de versões comentadas do CTN, LEF e outras normas relevantes à atuação dos PFNs. Na versão digital do livro, é possível ter acesso a todas as portarias e pareceres públicos da PGFN, além das decisões e acórdãos indicados.

## Curso de Direito Tributário Brasileiro

O ex-PFN Marcus Abraham lançou a primeira edição da obra *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. O livro conta com o prefácio do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e é dividido em quatro partes: “Do Tributo e do Sistema Tributário Nacional”, “Normas gerais tributárias constitucionais e do Código Tributário Nacional, incluindo tributação internacional”, “Tributos em espécie” e “Processo tributário administrativo e judicial”.

Publicada pela Editora GEN/Forense, a obra é a materialização de 25 anos de atuação profissional e acadêmica de Marcus Abraham na área do Direito Tributário, sendo 12 destes dedicados à Procuradoria da Fazenda Nacional.



Em reportagem especial sobre impostos e a sonegação fiscal no Brasil, o site *Rede Brasil Atual* destacou levantamento

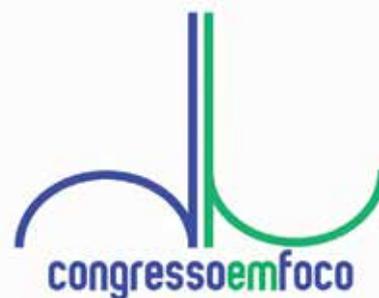


nacional do SINPROFAZ. De acordo com a matéria, devido à facilidade de as multinacionais e os milionários escaparem da tributação no Brasil por mecanismos lícitos (elisão) ou ilícitos (evasão/sonegação), o país é considerado um “paraíso tributário” para os “super-ricos”, que pagam uma taxa

efetiva média de apenas 7% de impostos.

A matéria afirma ainda que a mídia tradicional omite que esses estereótipos de

crime organizado e corrupção corresponderam a somente 12% dos recursos que saíram da América Latina em direção aos paraísos fiscais entre 2004 e 2013. Os outros 88% são fruto de manobras ilícitas de evasão de imposto em seus respectivos países de origem.



Em artigo publicado no portal jornalístico *Congresso em Foco*, o colunista Aldemário Araújo Castro falou sobre “O perverso jogo de esconde-esconde com as finanças públicas” e colocou em debate a cobertura da imprensa frente à narrativa governamental e a crise econômica.

O colunista citou dados do Sonogômetro em seu artigo: “As bilionárias despesas com o serviço da dívida pública são praticamente ‘esquecidas’ no debate realizado pela grande imprensa, pelo governo e pelo parlamento. Nesse campo, registra-se o pagamento de cerca de 511 bilhões de reais em juros (nominais) pela União em 2016 (8,1% do Produto Interno Bruto); a sonegação tributária, segundo vários estudos e análises, como aquele que sustenta o Sonogômetro do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), atinge o patamar de 500 bilhões de reais por ano”, afirmou.

Para repercutir a aprovação do novo Refis (MP n.º 783), a TV Senado buscou a opinião do presidente do SINPROFAZ, Achilles Frias:

“Hoje, a dívida ativa tributária da União está em R\$ 2 trilhões. Quanto à dívida previdenciária,



que é de quase meio trilhão de reais, sabe-se que ela está concentrada nas mãos dos

grandes devedores, que são o grande problema: 3% deles concentram 2/3 dessa dívida”, explicou o presidente do Sindicato na entrevista.

A adesão do SINPROFAZ ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)

e a mobilização conjunta que as entidades programaram para o dia 10 de novembro foram noticiadas pelo *Blog do Servidor*, do *Correio Braziliense*. A matéria explicou que a adesão do Sindicato se deu no intuito de lutar, ao lado das demais carreiras do funcionalismo público,



contra o pacote de medidas anunciado pelo governo (MP n.º 805/2017).

“A atuação conjunta com as

demais carreiras faz-se imprescindível, posto que o ataque governamental dirige-se ao conjunto das mesmas e não aos PFNs especificamente. Ademais, será uma luta forte e intensa que exigirá a união de todos”, destacou a matéria, em referência à nota divulgada pelo SINPROFAZ.

## Solidão é responsável por um mal equivalente a fumar 15 cigarros por dia

**M**atéria publicada na *Science Alert* listou alguns hábitos que podem ser tão ou mais perigosos para a saúde que o cigarro. Este ainda é considerado, sem dúvida, uma das principais causas de mortes evitáveis no mundo. Contudo, um estudo de 2014 apontou que ficar sentado o dia inteiro aumenta o risco de a pessoa ter câncer. Pesquisadores analisaram quanto tempo 4 milhões de pessoas ficavam sentadas vendo TV e trabalhando. A cada duas horas na mesma posição, há o aumento da possibilidade de câncer de cólon, de endométrio e do pulmão.

### Solidão

O crescimento da internet e das redes sociais diminuiu o contato físico entre as pessoas. Inclusive, o médico Vivek Murthy classificou a solidão como uma epidemia mundial.

Uma professora da Universidade de Brigham Young, nos Estados



Unidos, conduziu uma pesquisa que mostra como a solidão é responsável por um mal equivalente a fumar 15 cigarros por dia.

### Insônia

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos classificou a privação de sono como um problema de saúde. O professor Valery Gafarov, da Organização Mundial da Saúde, notou que dormir pouco aumenta o risco de derrames e ataques do coração

em níveis semelhantes a quem fuma.

### Bronzeamento artificial

Em 2014, cientistas publicaram um estudo no periódico *JAMA* demonstrando que o bronzeamento artificial é responsável por maior possibilidade de influenciar o câncer de pele do que os malefícios do cigarro em relação ao câncer de pulmão.

### Dieta não balanceada

Comidas processadas, cheias de açúcar e com gorduras saturadas aumentam os riscos de as pessoas terem doenças fatais. Em 2016, estudiosos pesquisaram a taxa de mortalidade de dietas com poucas variações de nutrientes. O resultado indicou que a alimentação não balanceada apresenta níveis perigosos maiores de quem fuma, bebe e faz sexo sem proteção. *(Com informações de Science Alert)*

## Nova CNH segue recomendações do Ministério da Saúde

No dia 8 dezembro, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) publicou resolução com as mudanças na Carteira Nacional de Habilitação, que passam a valer em 1.º de janeiro de 2019. O novo modelo segue a padronização mundial e isso vai facilitar o trânsito de brasileiros em outros países e o reconhecimento de pessoas que têm,

por exemplo, alguma deficiência ou restrição médica. Esse formato já existe em países como França e Espanha e o Brasil será o primeiro país da América Latina e Caribe a adotá-lo.

Seguindo recomendações do Ministério da Saúde, a nova CNH será produzida em material plástico e trará mais informações do que

a atual. Também deverá conter a expressão “Carteira Nacional de Habilitação” em inglês e espanhol, em razão da abrangência do MERCOSUL e do Acordo sobre a Regulamentação Básica Unificada de Trânsito, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. *(Com informações da Agência Saúde, em 8.12.17)*

## Moedas virtuais: Banco Central e CVM alertam sobre riscos

As duas instituições fiscalizadoras do sistema financeiro e do mercado mobiliário brasileiro emitiram nota, em novembro, com alertas a respeito das moedas virtuais como bitcoin e ethereum, informou o *site* da revista *Veja*.

Criadas com a intenção de facilitar trocas, as moedas virtuais têm despertado o interesse de investidores após a alta expressiva de seu valores – o bitcoin, a mais popular, subiu 887,04% no último ano, segundo o índice da Bolsa de Nova York.

O Banco Central alerta que esse tipo de ativo não é fiscalizado pela instituição e não tem lastro em outros ativos. “Seu valor decorre exclusivamente da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor”, diz. Outro ponto é que não há garantia de conversão para moedas soberanas e, dessa forma, o resgate fica sujeito às instituições que fazem a conversão, as quais não são reguladas pela autoridade monetária.

O Bacen também indica que, no caso de compra para especulação, há risco de perda dos investimentos, além da flutuação do preço. “O armazenamento das moedas virtuais também apresenta o risco de o detentor desses ativos sofrer perdas patrimoniais”, diz a nota.

Ainda de acordo com o *site* da revista *Veja*, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem disponível em seu *site* uma cartilha com perguntas e respostas sobre as operações de captação de recursos baseadas em

moedas virtuais – as chamadas ICO (*initial coin offering*, em inglês). Quem adere a esse tipo de procedimento recebe moedas virtuais em troca do investimento feito.

A tecnologia na qual se baseiam as moedas virtuais – chamada de *blockchain* – foi desenvolvida por um grupo de *hackers* e é considerada segura por especialistas de tecnologia da informação (TI).



### Regulamentação

Uma possível regulamentação das moedas virtuais vem sendo discutida em audiências públicas em comissão especial da Câmara dos Deputados. Os debates têm como base um projeto de lei apresentado pelo deputado Áureo (SD-RJ), que prevê a regulamentação das moedas virtuais e dos programas de milhagem pelo Banco Central no âmbito dos arranjos de pagamento.

De acordo com o consultor do Bacen Mardilson Queiroz, “o Banco Central não reconhece as chamadas ‘moedas virtuais’ como moeda nem tem a intenção de regulá-las como moeda. Para nós, elas são um token

digital, existe uma rede de usuários que dá algum valor para esse token digital e que negociam esses tokens digitais dentro dos seus acordos privados”.

Já a criadora de uma moeda virtual, Taynaah Reis, defende que uma legislação sobre o assunto daria mais segurança para o desenvolvimento desse tipo de tecnologia: “Eu vejo que, hoje, sendo uma das primeiras moedas brasileiras, a gente fica num limbo. A gente não sabe se é legal, se não é legal. Então, seria interessante que o governo apoiasse, que o governo estabelecesse. Que sejam as primeiras boas práticas, como se realizar, como ter bons caminhos.”

### O que é

O bitcoin, com base na tecnologia *blockchain*, foi criado em 2008 por

Satoshi Nakamoto — um personagem desconhecido, provavelmente um pseudônimo criado por um grupo de pesquisadores anônimos. Consiste em um banco de dados distribuído, ou seja, com acesso livre. Os usuários fazem operações uns com os outros sem a necessidade de intermediários. As transações são verificadas na rede por mineradores, como são conhecidos os computadores ou sistemas que validam as informações até elas serem registradas em um banco de dados de contabilidade pública. Atualmente, a moeda digital é vendida no Brasil por R\$ 23.810. Uma fração de bitcoin pode ser comprada por R\$ 50.

# Ninguém faz tanto, com tanta energia.

RECORDE MUNDIAL DE PRODUÇÃO  
DE ENERGIA EM 2016: **103.098.366 MWh**

RECORDE MUNDIAL EM GERAÇÃO  
ACUMULADA (1984-2017): **2,5 bilhões MWh**

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



[itaipu.gov.br](http://itaipu.gov.br)



# 3º CONCURSO DE MONOGRAFIAS DO SINPROFAZ

**Tema: A Cobrança da Dívida Ativa como Direito Inalienável  
do Poder Público no Brasil e no Direito Comparado**

## Premiação:

1º colocado: R\$ 10.000,00

2º colocado: R\$ 6.000,00

3º colocado: R\$ 4.000,00

## Concurso exclusivo para filiados do SINPROFAZ

Inscrições: de 20/10 de 2017 até 28/2 de 2018, na sede do Sindicato em Brasília, ou postadas no correio, via Sedex, até esta data, para o seguinte endereço: SCN QD 06 Shopping ID Bloco A Sala 404 - Brasília-DF- CEP: 70.716-900



SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES  
DA FAZENDA NACIONAL

[www.sinprofaz.org.br](http://www.sinprofaz.org.br)

Mais informações pelo edital:  
[goo.gl/EMcbrh](http://goo.gl/EMcbrh)

